

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA JBS S.A.
PARA APRECIÇÃO DOS ACIONISTAS
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016**

Senhores acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração (“Proposta”) acerca das matérias constantes no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) para realização de Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da JBS S.A. (“JBS” ou “Companhia”) a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 10:00 horas, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”).

1. ***Aprovar o Relatório da Administração, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.***

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgadas em 16 de março de 2016 nos *websites* da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&F Bovespa”), através do Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais (IPE) e conforme publicadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no “Valor Econômico” em 22 de março de 2016 (“Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. ***Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e distribuição de dividendos.***

Propomos que o lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no **Anexo II** da Proposta, elaborado conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, nos termos do inciso II, §1º do artigo 9º da Instrução CVM 481.

3. ***Eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes.***

A acionista controladora da Companhia, **FB Participações S.A.**, informou à Administração da Companhia que indicará os seguintes senhores para compor o Conselho Fiscal da Companhia:

(i) Conselho Fiscal

(a) **Florisvaldo Caetano de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 250.889 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.272.341-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2391, 12º andar, conjunto 121, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, tendo como suplente **Antonio da Silva Barreto Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.356.528 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.245.181-45 e residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, Terreo, Vila Jaguara, CEP 05118-100; (b) **Demetrius Nichele Macei**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.526.517 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 787.870.509-78 e residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Cândido Lopes, nº 128, 4º e 5º andares, CEP 80020-060, tendo como suplente **Marcos Godoy Brogiato**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.469.921-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 949.583.438-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Isette Caiubi Ariane, 54, CEP 02914-100; e (c) **José Paulo da Silva Filho**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.087.820 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 386.730.294-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua General Furtado do Nascimento, 66, CEP 05465-070, tendo como suplente **Sandro Domingues Raffai**, brasileiro, solteiro, maior, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.541.060 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.677.908-71 e residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguara.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo III** da Proposta.

4. *Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia*

Propomos que a remuneração máxima global anual dos administradores seja fixada no montante global de até R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se dispostas no **Anexo IV** da Proposta, no qual constam as informações constantes no item 13 do Formulário de Referência previsto na ICVM 481.

Por fim, no que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), valor este que poderá sofrer

alterações tão somente para cumprimento do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Os membros suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

As propostas acima, constantes do edital de convocação da AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2016, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05118-100.

São Paulo, 30 de março de 2016.

A Administração
JBS S.A.

ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

OPINIÃO DOS DIRETORES

Data-Base: 31.12.2015

(Conforme item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

A JBS é a segunda maior empresa global de alimentos, atuando no processamento de proteína animal e também nas áreas de couro, biodiesel, colágeno, latas, produtos de higiene e limpeza e outros subprodutos. A Companhia está presente em todos os continentes, com plataformas de produção e escritórios nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Reino Unido, França, Itália, México, Porto Rico, China, entre outros países. A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação aliada ao seu potencial de crescimento e a uma plataforma global de produção e distribuição, além do seu posicionamento como líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento era de 3,16x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento era de 2,20x. Este aumento se deve principalmente ao crescimento dos empréstimos e financiamentos para a aquisição de ativos e participações societárias durante o exercício encerrado em 2015 e também ao impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano nos empréstimos e financiamentos da JBS, parcialmente compensado pelo aumento do patrimônio líquido resultante, principalmente, do lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores de R\$4.640,1 milhões em 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento era de 2,20x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2013, o índice de endividamento era de 1,97x. Este aumento é decorrente principalmente do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano nos empréstimos e financiamentos da JBS, parcialmente compensado pelo aumento do patrimônio líquido resultante, principalmente, do lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores de R\$2.035,9 milhões em 2014.

O patrimônio líquido registrou um aumento de 14,3%, passando de R\$ 25.642,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$29.301,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 em decorrência principalmente dos lucros atribuídos à participação dos acionistas controladores acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$4.640,1 milhões e do impacto positivo dos ajustes acumulados de conversão dos investimentos no exterior devido à

desvalorização do real frente ao dólar americano; parcialmente compensados declaração de dividendos no valor R\$1.102,0 mil. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Líquido também sofreu variações decorrentes da compra, alienação e cancelamento de ações da própria emissão da Companhia, que tiveram um impacto negativo de R\$903,6 milhões.

	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Índice endividamento.....	3,16x	2,20x	1,97x

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalente de caixa de R\$18.844,0 milhões. Na mesma data, a dívida líquida (representada pelos empréstimos e financiamentos circulantes acrescidos dos empréstimos e financiamentos não circulantes e diminuídos pelo caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$47.038,7 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 160,5%, comparado a 98,2% em 31 de dezembro de 2014.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, tendo a recente ampliação de sua capacidade produtiva realizada por meio da aquisição de ativos e participações societárias em empresas. A relação da dívida líquida (representada pelos empréstimos e financiamentos circulantes acrescidos dos empréstimos e financiamentos não circulantes e diminuídos pelo caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de 160,5% e, em 31 de dezembro de 2014 era de 98,2%. Este aumento é decorrente principalmente do crescimento dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos e participações societárias e também do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano nos empréstimos e financiamentos da JBS, compensados parcialmente pelo aumento da posição de caixa e pelo lucro líquido acumulado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A tabela abaixo apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
(em milhões de R\$, salvo se diversamente indicado)			
Empréstimos e financiamentos circulantes	20.906,6	13.687,0	9.430,9
Empréstimos e financiamentos não circulantes	44.976,1	26.392,2	23.330,4
Total de empréstimos e financiamentos	65.882,7	40.079,1	32.761,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa	18.844,0	14.910,4	9.013,1
(=) Dívida líquida	47.038,7	25.168,7	23.748,2

Patrimônio líquido	29.301,4	25.642,5	23.133,3
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	160,5%	98,2%	102,7%

Á luz das aquisições de ativos e participações societárias realizadas durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e que ainda estão em processo de integração, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros na proporção apresentada na tabela abaixo:

	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
	(em milhões de R\$, salvo se diversamente indicado)		
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	92.451,6	56.401,2	45.537,0
Capital próprio (patrimônio líquido)	29.301,4	25.642,5	23.133,3
Capital total (terceiros + próprio)	121.753,0	82.043,7	68.670,2
Parcela de capital de terceiros	75,9%	68,7%	66,3%
Parcela de capital próprio	24,1%	31,3%	33,7%

A empresa não possui emissão de ações regatáveis.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais e grãos para alimentação de animais para abate representa uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais; (iii) pagamento de empréstimos e financiamentos; (iv) pagamento de impostos; e (v) dispêndios de capital relacionados à aquisição e manutenção de ativos imobilizados.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, foi de R\$13.300,4 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$1.300,6 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 10,2 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$47.038,7 milhões, correspondendo a 3,1 vezes o EBITDA

Ajustado do período de doze meses findos em 30 de setembro de 2013 e considerando a cotação do dólar e do euro do último dia do período.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, foi de R\$11.090,0 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$3.637,6 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 3,0 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$25.168,7 milhões, correspondendo a 2,1 vezes o EBITDA Ajustado do período de doze meses findos em 30 de setembro de 2013 e considerando a cotação do dólar e do euro do último dia do período.

Já o EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, foi de R\$6.130,3 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$2.380,3 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 2,6 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$23.748,2 milhões, correspondendo a 3,7 vezes o EBITDA Ajustado do período de doze meses findos em 30 de setembro de 2013 e considerando a cotação do dólar e do euro do último dia do período.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de crédito de capital de giro de bancos comerciais e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, vide seção 7.8.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no país. Além disso, os Diretores acreditam que a principal subsidiária da Companhia, a JBS USA, também possui acesso aos principais bancos comerciais nos Estados Unidos, caso seja necessário, para fazer face a uma eventual indisponibilidade de recursos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se nós estamos cumprindo essas restrições:

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$65.882,7 milhões, sendo que R\$20.906,6 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$44.976,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nesta data os contratos de empréstimos e financiamentos representavam 71,3% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R\$92.451,6 milhões.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o endividamento bancário era de R\$40.079,1 milhões e R\$32.761,3 milhões, respectivamente, representando 71,1% e 71,9% do passivo circulante e não circulante, os quais, somados, totalizaram R\$56.401,2 e R\$45.537,0 milhões nos mesmos períodos.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a sua estrutura de capital para níveis os quais a Diretoria acredita ser razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento futuro da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Modalidade	Taxa Média Anual	Consolidado			
		Circulante		Não Circulante	
		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Em moeda estrangeira					
ACC - Adto. de contrato de câmbio	2,61 %	10.022,3	6.456,1	—	—
Pré-pagamento	4,04 %	4.628,8	2.032,2	4.161,3	2.180,9
144-A	7,46 %	1.304,1	243,0	9.826,1	10.075,9
Nota de crédito - importação	3,28 %	196,0	17,0	—	—
Nota de crédito - exportação	8,58 %	81,4	166,6	—	54,8
Linha de crédito canadense - crédito rotativo	4,50 %	0,5	0,1	230,4	174,2
Linha de crédito canadense - term loan	3,65 %	2,7	2,1	38,8	33,6
Linha bancária canadense	3,50 %	13,1	2,9	—	—
Linha de crédito LCAL	-	—	0,0	—	9,5
Linha de crédito Andrews Meat	3,30 %	34,1	12,9	—	—
FINIMP	3,67 %	0,2	—	14,3	—
Linha de crédito mexicana	4,30 %	112,4	—	—	—
		16.395,6	8.933,2	14.270,9	12.528,8
Em moeda nacional					
FINAME	5,94 %	90,1	109,9	218,0	288,5
JBS Mortgage	5,80 %	0,7	29,1	8,7	6,3
US revolver	3,40 %	2,0	0,5	—	335,0
JBS Lux Term loan 2018	3,80 %	10,2	10,2	1.573,9	1.075,1
Five Rivers Term loan 2019	2,70 %	20,3	13,8	349,7	250,7
JBS Lux Notas 2020	8,25 %	92,1	63,1	2.694,6	1.826,5
JBS Lux Notas 2021	7,25 %	24,4	17,2	4.424,7	3.001,7
JBS Lux Notas 2024	5,87 %	77,9	59,8	2.906,2	1.975,1
JBS Lux Notas 2025	5,75 %	7,3	—	3.482,8	—

PPC Notas 2025	5,75 %	32,1	—	1.934,6	—
PPC Term loan	1,63 %	1,1	—	1.912,1	—
PPC US bonds	-	—	0,4	—	9,3
Plainwell Bond	4,39 %	8,4	5,5	24,0	21,8
Marshalltown	2,34 %	0,1	—	37,7	25,7
Capital de giro - Reais	16,57 %	848,4	1.050,5	330,9	1.083,1
Capital de giro - Dólares Americanos	3,70 %	417,7	286,4	131,8	29,9
Capital de giro - Euros	2,55 %	235,0	162,9	107,0	35,4
Capital de giro - Pesos Argentinos	17,87 %	2,8	3,1	—	2,7
Nota de crédito - exportação	15,24 %	1.597,9	1.742,8	2.299,8	2.464,6
Nota de crédito - importação	2,78 %	351,7	244,1	—	—
FCO - Fundo do Centro Oeste	10,00 %	1,9	1,6	3,5	4,6
FNO - Fundo do Norte	-	—	4,1	—	8,7
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	1,21 %	2,1	9,3	2,2	2,6
FINEP	7,02 %	11,5	5,7	80,8	92,2
Nota de crédito - rural	-	—	203,8	—	4,0
ACC - Adto. de contrato de câmbio	3,56 %	1,3	4,4	—	—
Custeio Pecuário	6,70 %	509,3	442,2	—	—
JBS Lux Term loan 2020	3,80 %	34,1	14,8	1.875,0	1.286,0
CCB - BNDES	6,77 %	22,7	23,3	18,9	33,8
Moy Park Notas 2021	6,25 %	10,4	—	1.702,0	—
Debêntures	-	—	245,3	—	—
JBS Lux Nota promissória	4,00 %	40,9	—	4.579,6	—
Outros	1,34 %	56,7	0,0	6,8	—
		4.511,0	4.753,8	30.705,2	13.863,3
		20.906,6	13.687,0	44.976,1	26.392,2

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$65.882,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2015:

Vencimento	Consolidado	
	31.12.15	AV
Circulante	20.906,6	31,7%
2016	—	0,0%
2017	4.308,6	6,5%
2018	4.275,2	6,5%
2019	856,8	1,3%
2020	10.578,6	16,1%
2021	6.191,5	9,4%
Vencimentos após 2021	18.765,5	28,5%
	65.882,7	100,0%

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Passivo Circulante

Modalidade	Juros e comissões anuais	Consolidado (R\$ milhões)	
		31.12.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial e juros de 1,98% a 3,50%	6.456,1	3.069,5
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 1% a 7%	2.032,2	1.418,1
144-A	Varição cambial e juros de 6,25% a 10,50%	243,0	199,3
Nota de crédito - importação	Varição cambial e juros de 11,25%	17,0	23,4
Nota de crédito - exportação	Varição cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	166,6	12,0
Linha de crédito canadense - crédito rotativo	CDOR, RBC Prime ou Libor + taxa aplicável	0,1	0,4
Linha de crédito canadense - term loan	Juros de 3,65%	2,1	2,0
Linha bancária canadense	Juros de 3,5%	2,9	14,8
Linha de crédito LCAL	Juros de 3,9%	0,0	-
Linha de crédito Andrews Meat	BBSY + 0,8%	12,9	-
		8.933,2	4.739,5
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	109,9	78,8
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	29,1	4,4
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	-	1,2
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	-	0,1
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	0,5	0,2
Term Loan com vencimento em 2018	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Libor + 2,75%	10,2	21,3
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	13,8	13,7
Senior notes vencimento 2020	Juros de 8,25%	63,1	56,0
Senior notes vencimento 2021	Juros de 7,25%	17,2	15,7
Senior notes vencimento 2024	Juros de 5,875%	59,8	-
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	-	3,8
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 2,4% a 9,0%	-	972,2
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	0,4	0,1
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	5,5	4,7
Marshalltown	Juros de 2,34%	-	0,0
Capital de giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	1.050,5	866,7
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	286,4	253,0
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	162,9	137,8
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	3,1	7,3
Nota de crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	1.742,8	1.120,7

FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,6	1,8
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4,1	4,1
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	244,1	202,3
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4,0% a 4,5%	5,7	5,7
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	9,3	3,1
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5%	203,8	160,3
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Juros de 1%	4,4	0,0
Custeio Pecuário	Juros de 5,5%	442,2	487,0
Term loan com vencimento em 2020	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Libor + 2,75%	14,8	13,1
	127,6% do CDI e IPCA + 9%		
Debêntures		245,3	255,0
CCB - BNDES	Juros de 5,98% + UMBNDES até 8,7%	23,3	-
Outros		0,0	0,9
		4.753,8	4.691,4
		13.687,0	9.430,9

Passivo Não Circulante

Modalidade	Juros e comissões anuais	Consolidado (R\$ milhões)	
		31.12.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 7%	2.180,9	2.553,2
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	10.075,9	7.738,0
Nota de Crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	54,8	193,2
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 1,98% a 3,50%	-	23,4
Linha de crédito canadense - crédito rotativo	CDOR, RBC Prime ou Libor + taxa aplicável	174,2	142,6
Linha de crédito canadense - term loan	Variação cambial e juros de 3,65%	33,6	34,1
Linha de crédito LCAL	Juros de 3,9%	9,5	-
		12.528,8	10.684,6
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	288,5	227,6
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	6,3	31,3
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	335,0	-
Term loan com vencimento em 2018	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Libor + 2,75%	1.075,1	1.063,3
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	250,7	154,9
Senior notes vencimento 2020	Juros de 8,25%	1.826,5	1.605,2
Senior notes vencimento 2021	Juros de 7,25%	3.001,7	2.584,4
Senior notes vencimento 2024	Juros de 5,875%	1.975,1	-
PPC - US Senior note vencimento em 2018	Juros de 7,875%	-	1.116,6

PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	9,3	8,5
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	21,8	23,9
Marshalltown	Juros de 2,34%	25,7	22,5
Capital de giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	1.083,1	1.958,7
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	29,9	47,2
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	35,4	45,5
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	2,7	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	2.464,6	2.405,6
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	4,6	6,2
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	8,7	12,7
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4% a 4,5%	92,2	27,5
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	2,6	4,1
Term loan com vencimento 2020	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Libor + 2,75%	1.286,0	1.080,9
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5% 127,6% do CDI e IPCA + 9%	4,0	-
Debêntures		-	214,3
CCB - BNDES	Juros de 5,98% + UMBNDES até 8,7%	33,8	-
Outros		-	5,0
		13.863,3	12.645,9
		26.392,2	23.330,4
Desmembramento:			
Passivo circulante		13.687,0	9.430,9
Passivo não circulante		26.392,2	23.330,4
		40.079,1	32.761,3

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$40.079,1 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2014:

O vencimento compõe-se:	Fluxo de Amortização data-base 31 de dezembro de 2014	
	(em milhões de R\$)	AV%
Curto Prazo	13.687,0	34,1%
Longo Prazo	26.392,2	65,9%
2016	4.625,4	11,5%
2017	1.770,7	4,4%
2018	4.773,0	11,9%
2019	337,8	0,8%
2020	5.747,1	14,3%
2021	3.038,4	7,6%
Vencimento após 2021	6.099,7	15,2%
Total	40.079,1	100,0%

Uma parcela dos empréstimos e financiamentos apresentam garantias, que podem ser classificadas basicamente em quatro espécies: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte das empresas do grupo; e (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo cumpridas. Para uma descrição das principais restrições contratuais, vide item 7.8 do Formulário de Referência.

Os Diretores acreditam que os recursos disponíveis para a Companhia em 31 de dezembro de 2015 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Contratos Financeiros

Na data do Formulário de Referência contratos financeiros em vigor mais relevantes são descritos na seção 7.8, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Obrigações Contratuais

Débito com terceiros para investimentos

A conta de débito com terceiros para investimentos correspondia a um total de R\$705,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. A tabela abaixo apresenta a lista dos ativos adquiridos e os saldos dos débitos.

Empresa	Descrição das aquisições	Curto prazo	Longo prazo
		31.12.15	31.12.15
<i>(em R\$ milhões)</i>			
JBS	- Imobilizado e outros complexos industriais;	15,2	38,0
	- Ativos e complexos industriais Ana Rech;	49,0	52,0
	- Ativos da Seara;	37,2	74,2
	- Planta de suínos e processados em Carambeí;	87,4	—
	- Empresa Agrovêneto;	—	29,3
	- Empresa Frinal;	—	12,2
	- Empresa Avebom;	—	11,5
JBS Foods	- Empresa Sul Valle;	4,0	—
	- Empresa Novagro;	7,8	10,0
	- Ativos imobilizados da empresa Céu Azul;	0,1	—
	- Empresa Seara Alimentos Norte Ltda;	27,3	6,7
	- Ativos da Agrodanieli;	59,5	—
	- Ativos da Rigor;	180,0	—
	- Ativos da Gallus.	4,5	—
Total		471,9	233,9

Restrições Contratuais

As principais restrições contratuais das obrigações tomadas pela Companhia estão descritas na seção 7.8 do de Referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, por meio de suas subsidiárias nos Estados Unidos, Austrália, Canadá e México, possuíam compromissos de empréstimos e financiamentos não utilizados. A tabela abaixo mostra os valores tomados e disponível de cada uma destas linhas em 31 de dezembro de 2015.

	Tomado	Disponível
	<i>(em US\$ milhões)</i>	
Senior Secured Credit Facility (Linha de Crédito Sênior Garantida)	-	846,1
ANZ Credit Facility (Linha de Crédito ANZ)	-	36,3
Canadian Credit Facility (Linha de Crédito Canadense)	59,3	20,3
Mexico Credit Facility (Linha de Crédito do México)	28,7	58,3
PPC US Credit Facility (PPC Linha de Crédito US)	-	670,7
TOTAL	88,0	1.631,7

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Descrição das principais linhas contábeis

Receitas Líquidas de Vendas (receita após as deduções correspondentes a devoluções, descontos e impostos incidentes sobre a venda). As receitas consistem principalmente de:

Receitas provenientes da venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS S.A. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS S.A. na América do Sul, nos Estados Unidos, Austrália e Canadá.

Receitas provenientes da venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos e Brasil. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, (2) outros produtos suínos, incluindo presuntos, linguiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional, e (3) produtos de alto valor agregado, tais como produtos processados resfriados (ex.: salsichas e presuntos), produtos processados congelados (ex.: pratos prontos), carnes cozidas congeladas e pizzas.

Receitas provenientes da venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos, México, Porto Rico, Brasil, Reino Unido e França. Receitas geradas pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados, (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, *nuggets* e hambúrgueres, além de partes do frango com osso, e (3) produtos de alto valor agregado, tais como produtos processados resfriados (ex.: salsichas), produtos processados congelados (ex.: hambúrgueres, empanados, lasanhas e pratos prontos), carnes cozidas congeladas e pizzas.

Receitas provenientes da venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda de couro, além da venda de produtos de limpeza e higiene, biodiesel, ovos, entre outros subprodutos (tais como espinhaço, gordura abdominal, cartilagem, etc.).

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em gastos na aquisição de matéria-prima, sendo a principal delas o gasto com a compra de animais para abate e grãos para alimentação de animais. A Companhia geralmente compra animais para abate e grãos no mercado *spot*. Além da compra de animais para abate e ração animal, o custo dos produtos vendidos também considera outros custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e mão de obra.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais consistem principalmente em:

Despesas administrativas e gerais.

Correspondem, em suma, a gastos com pessoal, bem como com os administradores.

Despesas com vendas.

Correspondem a gastos com publicidade; com equipe de vendas e comissões aos respectivos vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado financeiro líquido

Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Ganho em Compra Vantajosa.

Quando uma aquisição ocorre, as regras contábeis determinam que o adquirente compare o valor justo considerado com o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Se o valor considerado exceder o valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis e dos ativos intangíveis, então o ágio é registrado. Entretanto, se o valor justo estimado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos exceder o preço de compra e o valor justo da participação dos acionistas não controladores, então o excedente é reconhecido como “Ganho em Compra Vantajosa”. A ASC 805, *Broad Transactions-Business Combinations* (Literatura autorizada prévia: SFAS No. 141) requer a mensuração de ajustes contábeis do período de compra a serem registrados retroativamente a data da aquisição. Isso é consistente com o que dita a IFRS 3.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos

diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor. Essas aplicações têm a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da Companhia e suas controladas) e não para investimento ou outros propósitos.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

Ativo biológico

Empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado e custo.

Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Ativos e passivos contingentes

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
(em milhões de reais)	2015		2014		2015/2014
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	169.395,2	104,0%	125.143,3	103,9%	35,4%
Mercado interno	117.978,2	72,4%	86.957,4	72,2%	35,7%
Mercado externo	51.417,0	31,6%	38.185,9	31,7%	34,6%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(6.480,7)	-4,0%	(4.673,6)	-3,9%	38,7%
Devoluções e descontos	(3.671,1)	-2,3%	(2.561,1)	-2,1%	43,3%
Impostos sobre as vendas	(2.809,6)	-1,7%	(2.112,5)	-1,8%	33,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	162.914,5	100,0%	120.469,7	100,0%	35,2%
Custo dos produtos vendidos	(140.324,2)	-86,1%	(101.796,3)	-84,5%	37,8%
LUCRO BRUTO	22.590,3	13,9%	18.673,4	15,5%	21,0%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(14.711,6)	-9,0%	(14.481,5)	-12,0%	1,6%
Administrativas e gerais	(4.025,3)	-2,5%	(3.330,0)	-2,8%	20,9%
Com vendas	(9.377,9)	-5,8%	(7.154,3)	-5,9%	31,1%
Resultado financeiro líquido	(1.300,6)	-0,8%	(3.637,6)	-3,0%	-64,2%
Resultado de equivalência patrimonial	58,9	0,0%	26,1	0,0%	125,8%
Outras receitas (despesas)	(66,7)	0,0%	(385,7)	-0,3%	-82,7%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.878,7	4,8%	4.191,8	3,5%	88,0%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.979,7)	-1,8%	(1.656,9)	-1,4%	79,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	229,7	0,1%	(128,5)	-0,1%	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.128,6	3,1%	2.406,4	2,0%	113,1%
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	4.640,1	2,8%	2.035,9	1,7%	127,9%
Participação dos acionistas não controladores	488,5	0,3%	370,5	0,3%	31,9%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Receita Operacional Bruta de Vendas

A receita operacional bruta aumentou em 35,4%, passando de R\$125.143,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$169.395,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A receita de vendas do mercado interno aumentou 35,7%, passando de R\$86.957,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$117.978,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A receita operacional bruta de vendas do mercado externo aumentou 34,6%, passando de R\$38.185,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$51.417,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 38,7%, passando de R\$4.673,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$6.480,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, como consequência do aumento de 43,3% do valor das devoluções e descontos e do aumento de 33,0% do valor dos impostos sobre as vendas. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas tiveram um pequeno aumento, passando de 3,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 4,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 35,2%, passando de R\$120.469,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$162.914,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente (i) à mudança do mix de produtos, com aumento significativo do volume de vendas de produtos com valor agregado; (ii) ao aumento de preços em todos os segmentos em que a Companhia opera; (iii) ao aumento de volume em todas as divisões de negócios, com exceção da divisão de Carne Bovina na América do Sul; e (iii) à integração de aquisições realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, incluindo a aquisição da Primo Smallgoods, Moy Park e dos ativos do negócio de suínos da Cargill nos Estados Unidos.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina obteve um aumento de 34,2%, passando de R\$74.296,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$99.715,3 milhões no período correspondente em 2015, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 21,6% no preço médio do quilo de carne bovina vendido pelas operações na América do Sul, que passou de R\$10,26 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$12,47 por quilo no período correspondente em 2015; (2) aumento de 35,7% no preço médio do quilo de carne bovina vendido pelas operações nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, que passou de R\$10,62 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$14,41 por quilo no período correspondente em 2015; (3) aumento de 6,8% do volume de vendas nas operações nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, que passaram de 4.792,1 mil toneladas de carne vendida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 5.118,1 mil toneladas no período correspondente em 2015; parcialmente compensados pela redução de do volume de vendas das operações na América do Sul, que passaram de 2.281,7 mil toneladas de carne vendida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 2.083,4 mil toneladas no período correspondente em 2014.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 22,8%, passando de R\$10.446,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$12.829,2 milhões no período correspondente em 2015, devido principalmente ao aumento de volume vendido das operações de suínos nos Estados Unidos, tendo como um dos principais motivos a conclusão da aquisição do negócio de suínos da Cargill durante o quarto trimestre de 2015. O volume vendido de carne suína das operações nos Estados Unidos cresceu 24,5% passando de 1.337,6 mil toneladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 1.665,9 mil toneladas no período correspondente em 2015. O preço médio por quilo vendido das operações de suínos dos Estados Unidos teve um aumento de 1,9%, passando de R\$6,73 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$6,86 por quilo no período correspondente em 2014. A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína na América do Sul teve uma pequena redução de 2,7%, passando de R\$1.439,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.400,5 milhões no período correspondente em 2015.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango obteve um aumento de 44,3%, passando de R\$27.873,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$40.223,4 milhões no período correspondente em 2015, devido principalmente (i) à conclusão da aquisição da Moy Park em setembro de 2015; (ii) ao aumento de volume e preço médio do quilo de carne de frango vendido das operações de frango no Brasil; e (iii) ao aumento de volume e preço médio do quilo de carne de frango vendido das operações nos Estados Unidos, México e Porto Rico, conduzidas pela PPC;

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros obteve um aumento de 29,2%, passando de R\$7.853,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$10.146,7 milhões no período correspondente em 2015, principalmente como resultado do aumento da receita com venda de subprodutos (tais como espinhaço, gordura abdominal, cartilagem e outros), e couros.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 37,8%, passando de R\$101.796,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$140.324,2 milhões no período correspondente em 2015. Este crescimento se deve principalmente ao aumento no volume de vendas, conforme explicado no item acima, e ao aumento dos preços dos bovinos para abate, em especial no Brasil. Desta forma, houve um aumento da proporção do custo dos produtos vendidos sobre a receita líquida, passando de 84,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 86,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 1,6 pontos percentuais.

Lucro Bruto

O lucro bruto teve um aumento de 21,0%, passando de R\$18.673,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$22.590,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, devido às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos apresentadas acima, originando uma margem bruta de 13,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 frente a uma margem bruta de 15,5% no período correspondente em 2014, o que representa uma redução de 1,6 pontos percentuais.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 20,9%, passando de R\$3.330,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.025,3 milhões no período correspondente em 2015. Esse aumento é decorrente principalmente da integração das aquisições realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, dentre elas as aquisições da Primo Smallgoods, Moy Park e dos ativos relacionados ao negócio de suínos da Cargill nos Estados Unidos. Como percentual da receita operacional líquida, porém, as despesas gerais e administrativas sofreram uma redução de 0,3 ponto percentual, passando de 2,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 2,5% no período correspondente em 2015.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 31,1%, passando de R\$7.154,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$9.377,9 milhões no período correspondente em 2015 em decorrência, principalmente, da integração das aquisições realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e do crescimento geral dos volumes vendidos. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas reduziram de 5,9% durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 5,8% no período correspondente em 2014. Esta redução se deve principalmente ao aumento da participação de produtos com

valor agregado no mix de produtos vendidos pela Companhia e também da desvalorização do real frente ao dólar americano, favorecendo as exportações provenientes do Brasil.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas tiveram uma redução de 64,2%, passando de R\$3.637,6 milhões no exercício encerrado em 30 de dezembro de 2014 para R\$1.300,6 milhões no período correspondente em 2015, em decorrência principalmente: (1) aumento de 979,8% do resultado financeiro positivo com derivativos, que passou de R\$982,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$10.603,3 milhões no período correspondente em 2015; (2) aumento de 74,5% das receitas financeiras com juros ativos, que passaram de R\$556,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$970,7 milhões no período correspondente em 2015; parcialmente compensados pelo (i) aumento de 387,6% do resultado negativo de variações cambiais ativas e passivas, que passaram de R\$1.891,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$9.224,8 milhões no período correspondente em 2015; (ii) aumento de 8,3% nos juros passivos, que passaram de R\$3.167,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.430,7 milhões no período correspondente em 2015; e (iii) aumento de 87,2% das despesas com impostos, contribuições, tarifas e outros, que passaram de R\$117,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$219,1 milhões no período correspondente em 2015.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial referente à participação na Vigor Alimentos S.A. passou de um resultado positivo de R\$14,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resultado positivo de R\$42,2 milhões no período correspondente em 2015. Já o resultado de equivalência patrimonial referente à participação na Meat Snack Partners passou de um resultado positivo de R\$12,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resultado positivo de R\$16,7 milhões no período correspondente em 2015.

Outras Receitas (Despesas)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia acumulou outras despesas líquidas no valor de R\$66,7 milhões referentes basicamente ao resultado da venda de ativos imobilizado da JBS S.A. e às receitas pulverizadas entre a JBS Argentina, JBS USA e Seara Alimentos.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social aumentou 88,0%, passando de um resultado positivo de R\$4.191,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resultado positivo de R\$7.878,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 3,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 4,8% no período correspondente em 2014, o que representa um aumento de 1,4 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social do Período

O montante de imposto de renda e contribuição social do período aumentou 79,8%, passando de R\$1.656,9 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.979,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente da melhora do resultado financeiro e operacional da Companhia detalhada nas rubricas acima. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 1,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

para 1,8% no período correspondente em 2015, o que representa um aumento de 1,2 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$128,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$229,7 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esta variação se deve principalmente pelas diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos passou de 0,1% negativo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 0,1% positivo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representa uma redução de 0,2 ponto percentual.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou 113,1%, passando de um lucro líquido de R\$2.406,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um lucro líquido de R\$5.128,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício passou de 2,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 3,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 1,1 ponto percentual.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores

Como reflexo do exposto acima, o lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores aumentou 127,9%, passando de R\$2.035,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.640,1 milhões no período correspondente em 2015. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas controladores passou de 1,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 2,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 1,1 ponto percentual.

JBS S.A.**Balancos patrimoniais****(Em milhões de reais)**

	31.12.15		31.12.14		30.12.2015 /31.12.2014
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	18.844,0	15,5%	14.910,4	18,2%	26,4%
Contas a receber de clientes	12.119,7	10,0%	9.577,5	11,7%	26,5%
Estoques	11.109,7	9,1%	8.273,1	10,1%	34,3%
Ativos biológicos	2.873,4	2,4%	1.567,9	1,9%	83,3%
Impostos a recuperar	2.875,0	2,4%	2.300,6	2,8%	25,0%
Despesas antecipadas	327,8	0,3%	181,9	0,2%	80,2%
Outros ativos circulantes	1.660,4	1,4%	730,8	0,9%	127,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	49.810,0	40,9%	37.542,2	45,8%	32,7%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Ativo biológico	1.100,4	0,9%	633,7	0,8%	73,6%
Impostos a recuperar	1.558,6	1,3%	1.546,0	1,9%	0,8%
Créditos com empresas ligadas	1.968,0	1,6%	370,1	0,5%	431,8%
Outros ativos não circulantes	1.026,7	0,8%	2.121,1	2,6%	-51,6%
Total do Realizável a Longo Prazo	5.653,7	4,6%	4.670,9	5,7%	21,0%
Investimentos em coligada, controladas e joint ventures	354,1	0,3%	295,4	0,4%	19,9%
Imobilizado	35.381,1	29,1%	24.098,7	29,4%	46,8%
Intangível	30.554,0	25,1%	15.436,5	18,8%	97,9%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	71.942,9	59,1%	44.501,5	54,2%	61,7%
TOTAL DO ATIVO	121.753,0	100,0%	82.043,7	100,0%	48,4%

JBS S.A.**Balancos patrimoniais****(Em milhões de reais)**

	31.12.15		31.12.14		31.12.2015 /31.12.2014
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12.314,2	10,1%	6.942,9	8,5%	77,4%
Fornecedores Risco Sacado	106,8	0,1%	-	0,0%	
Empréstimos e financiamentos	20.906,6	17,2%	13.687,0	16,7%	52,7%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	477,6	0,4%	505,8	0,6%	-5,6%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	3.258,3	2,7%	2.105,3	2,6%	54,8%

Dividendos declarados	1.103,3	0,9%	484,0	0,6%	128,0%
Débito com terceiros para investimentos	471,9	0,4%	344,9	0,4%	36,8%
Outros passivos circulantes	1.068,7	0,9%	798,1	1,0%	33,9%
TOTAL DO CIRCULANTE	39.707,5	32,6%	24.868,0	30,3%	59,7%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	44.976,1	36,9%	26.392,2	32,2%	70,4%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	894,8	0,7%	639,1	0,8%	40,0%
Débito com terceiros para investimentos	233,9	0,2%	490,5	0,6%	-52,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.310,5	3,5%	2.840,0	3,5%	51,8%
Provisão para riscos processuais	1.533,1	1,3%	705,8	0,9%	117,2%
Outros passivos não circulantes	795,7	0,7%	465,6	0,6%	70,9%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	52.744,1	43,3%	31.533,2	38,4%	67,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.576,2	19,4%	21.506,2	26,2%	9,6%
Reserva de capital	(791,2)	-0,6%	(148,6)	-0,2%	432,6%
Reservas de reavaliação	81,1	0,1%	87,9	0,1%	-7,8%
Reservas de lucros	4.756,9	3,9%	4.261,8	5,2%	11,6%
Outros resultados abrangentes	86,3	0,1%	(1.833,5)	-2,2%	-104,7%
Atribuído à participação dos acionistas controladores	27.709,2	22,8%	23.873,8	29,1%	16,1%
Participação dos acionistas não controladores	1.592,1	1,3%	1.768,7	2,2%	-10,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.301,4	24,1%	25.642,5	31,3%	14,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.753,0	100,0%	82.043,7	100,0%	48,4%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 32,7%, passando de R\$37.542,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$49.810,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

- aumento de 26,4% do caixa e equivalentes de caixa, de R\$14.910,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$18.844,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente: (1) da forte geração de caixa líquido atribuído às atividades operacionais; (2) das captações de empréstimos e financiamentos; e (3) da geração de caixa devido à variação cambial positiva do caixa e equivalentes de caixa; parcialmente compensados pela aplicação do caixa nas atividades de investimentos. A administração julga que a posição de caixa e equivalentes de caixa é a adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais;
- aumento de 26,5% nas contas a receber de clientes, de R\$9.577,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$12.119,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente: (1) do aumento das contas a receber devido à integração das aquisições realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação das contas a

- receber das operações fora do Brasil; parcialmente compensado pela redução das contas a receber das operações de bovinos no Brasil;
- c) aumento de 34,3% em estoques, de R\$8.273,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$11.109,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente: (1) do aumento dos estoques devido à integração das aquisições realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos estoques das operações fora do Brasil; parcialmente compensado pela redução dos estoques das operações de bovinos no Brasil;
 - d) aumento de 83,3% em ativos biológicos, de R\$1.567,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.873,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente: (1) da integração das operações de criação de suínos pertencentes ao negócio de suínos da Cargill adquirido durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (2) da integração das operações de frangos da Moy Park também adquirida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015;
 - e) aumento de 25,0% em impostos a recuperar, de R\$2.300,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.875,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 decorrente principalmente do aumento de ICMS a recuperar devido à expansão das operações de frangos, suínos e processados no Brasil.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 61,7%, passando de R\$44.501,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$71.942,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

- a) aumento de 21,0% no total realizável a longo prazo, passando de R\$4.670,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.653,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente: (1) do aumento de 73,6% dos ativos biológicos, que passaram de R\$633,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.100,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 devido principalmente ao aumento de avós e matrizes de frango e porco que são destinadas à reprodução, devido às aquisições do negócio de suínos da Cargill nos Estados Unidos e da Moy Park; e (2) aumento de 0,8% dos impostos a recuperar, que passaram de R\$1.546,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.558,6 em 31 de dezembro de 2015 devido principalmente ao aumento de créditos de ICMS e PIS/COFINS a serem recuperados; (3) aumento de 431,8% dos créditos com empresas ligadas, que passaram de R\$370,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.968,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 decorre do aumento da utilização da linha de crédito de até US\$675 milhões entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers (subsidiária da JBS USA) e a J&F Oklahoma (subsidiária da controladora J&F Investimentos S.A., não consolidada na Companhia). A referida operação incide juros e a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado, que são alocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para engorda até estarem prontos para abate;
- b) aumento de 46,8% do imobilizado, que passou de R\$24.098,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$35.381,1 milhões em 31 de dezembro 2015, decorrente principalmente: (1) da combinação dos negócios adquiridos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, dentre eles a aquisição do negócio de suínos da Cargill, a aquisição da Moy Park e a aquisição da Primo Smallgoods; (2) dos investimentos em aquisições e obras em andamentos para a expansão e manutenção das atividades de todos os segmentos de operação da Companhia; e (3) do impacto da

- desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos ativos imobilizados fora do Brasil; e
- c) aumento de 97,9% do intangível, passando de R\$15.436,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$30.554,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente da apuração do ágio gerado nas aquisições realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e da consolidação dos intangíveis por meio da combinação de negócios destas aquisições.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 59,7%, passando de R\$24.868,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$39.707,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

- (a) aumento de 77,4% em fornecedores, de R\$6.942,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$12.314,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente (1) do crescimento dos volumes de compras para sustentar o crescimento das unidades de negócio da Companhia, com exceção da divisão de negócios de bovinos na América do Sul; (2) da combinação de negócios adquiridos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (3) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano sobre a consolidação da conta de fornecedores das operações fora do Brasil;
- (b) aumento de 52,7% em empréstimos e financiamentos, passando de R\$13.687,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$20.906,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente (1) da estratégia da Companhia de ter uma posição de caixa e equivalentes de caixa que a administração julga ser adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais; (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano sobre os empréstimos e financiamentos da parte da dívida em moeda estrangeira; e (3) do acesso à linhas de capital de giro de curto prazo para financiamento das exportações com custos bastante competitivos;
- (c) aumento de 54,8% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.258,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente do aumento de salários e encargos e de provisões para férias, 13º salário e encargos refletindo o aumento do quadro de colaboradores em linha com a expansão das atividades da Companhia;
- (d) aumento de 128,0% dos dividendos declarados, de R\$484,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.103,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente do aumento do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (e) aumento de 36,8% do débito com terceiros para investimentos, de R\$344,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$471,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, o débito com terceiros para investimentos de curto prazo era constituído de: (1) R\$15,2 milhões referentes à aquisição de ativos imobilizados e outros complexos industriais relacionados ao negócio de bovinos no Brasil; e (2) R\$456,8 milhões referentes à aquisição de ativos imobilizados e plantas industriais relacionados ao negócio de suínos, frangos e processados no Brasil.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou 67,3%, passando de R\$31.533,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 52.744,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

- (a) aumento de 70,4% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$26.392,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$44.976,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente (1) da estratégia da Companhia de ter uma posição de caixa e equivalentes de caixa que a administração julga ser a adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais; (2) da estratégia da Companhia de alongar seu perfil de endividamento; (3) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano sobre os empréstimos e financiamentos da parte da dívida em moeda estrangeira; e (4) da contratação de empréstimos e financiamentos para pagar pela aquisição de ativos e participações societárias, em especial de um *term loan* no montante de US\$1,2 bilhões e vencimento em 2022 usado para pagar parte do preço de aquisição do negócio de suínos da Cargill nos Estados Unidos;
- (b) aumento de 40,0% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, passando de R\$639,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$894,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente do aumento do saldo de parcelamentos fiscais e outros de impostos a recolher;
- (c) redução de 52,3% dos débitos com terceiros para investimento, de R\$490,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$233,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, como efeito da transferência das obrigações de longo prazo para o curto prazo.
- (d) aumento de 51,8% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$2.840,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.310,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 decorrente principalmente da amortização do ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura;
- (e) aumento de 117,2% em provisões para riscos processuais, de R\$ 705,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.533,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente do aumento da provisão para riscos fiscais e previdenciários;

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 14,3%, passando de R\$ 25.642,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$29.301,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 em decorrência principalmente dos lucros atribuídos à participação dos acionistas controladores acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$4.640,1 milhões e do impacto positivo dos ajustes acumulados de conversão dos investimentos no exterior devido à desvalorização do real frente ao dólar americano; parcialmente compensados pela declaração de dividendos no valor R\$1.102,0 mil. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Líquido também sofreu variações decorrentes da compra, alienação e cancelamento de ações da própria emissão da Companhia, que tiveram um impacto negativo de R\$903,6 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2014 contemplam doze meses de resultado do Grupo Zenda e Grupo Seara, e no exercício anterior contemplam apenas resultado de seis meses, equivalentes ao segundo semestre de 2013, do Grupo Zenda e três meses, equivalentes ao quarto trimestre de 2013 do Grupo Seara. Para fins de comparabilidade, na Nota 1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 é apresentada a demonstração de resultado excluindo o primeiro semestre de 2014 do Grupo Zenda, e nove meses de 2014 do Grupo Seara consolidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2014/2013
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	125.143,3	103,9%	96.024,0	103,4%	30,3%
Mercado interno	86.957,4	72,2%	70.562,8	76,0%	23,2%
Mercado externo	38.185,9	31,7%	25.461,2	27,4%	50,0%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(4.673,6)	-3,9%	(3.121,2)	-3,4%	49,7%
Devoluções e descontos	(2.561,1)	-2,1%	(1.730,5)	-1,9%	48,0%
Impostos sobre as vendas	(2.112,5)	-1,8%	(1.390,7)	-1,5%	51,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	120.469,7	100,0%	92.902,8	100,0%	29,7%
Custo dos produtos vendidos	(101.796,3)	-84,5%	(81.056,1)	-87,2%	25,6%
LUCRO BRUTO	18.673,4	15,5%	11.846,7	12,8%	57,6%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(14.481,5)	-12,0%	(10.071,7)	-10,8%	43,8%
Administrativas e gerais	(3.330,0)	-2,8%	(2.520,0)	-2,7%	32,1%
Com vendas	(7.154,3)	-5,9%	(5.262,2)	-5,7%	36,0%
Resultado financeiro líquido	(3.637,6)	-3,0%	(2.380,3)	-2,6%	52,8%
Resultado de equivalência patrimonial	26,1	0,0%	6,7	0,0%	288,3%
Outras receitas (despesas)	(385,7)	-0,3%	84,1	0,1%	-

RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.191,8	3,5%	1.775,0	1,9%	136,2%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.656,9)	-1,4%	(166,2)	-0,2%	896,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(128,5)	-0,1%	(490,4)	-0,5%	-73,8%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.406,4	2,0%	1.118,3	1,2%	115,2%
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	2.035,9	1,7%	926,9	1,0%	119,6%
Participação dos acionistas não controladores	370,5	0,3%	191,4	0,2%	93,6%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Receita Operacional Bruta de Vendas

A receita operacional bruta aumentou em 30,3%, passando de R\$96.024,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$125.143,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A receita de vendas do mercado interno aumentou 23,2%, passando de R\$70.562,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$86.957,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A receita operacional bruta de vendas do mercado externo aumentou 50,0%, passando de R\$25.461,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$38.185,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 49,7%, passando de R\$3.121,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$4.673,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, como consequência do aumento de 48,0% do valor das devoluções e descontos e do aumento de 51,9% do valor dos impostos sobre as vendas. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas aumentaram de 3,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 3,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 29,7%, passando de R\$92.902,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$120.469,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente ao (i) aumento do volume de vendas na maioria das divisões de negócio e (ii) aumento dos preços médios de venda em todos os segmentos em que a Companhia opera.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina obteve um aumento de 22,9%, passando de R\$60.428,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$74.296,4 milhões no período correspondente em 2014, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 4,5% do volume de vendas das operações na América do Sul, que passaram de 2.184,1 mil toneladas de carne vendida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 2.281,7 mil toneladas no período correspondente em 2014; (2) aumento de 1,5% do volume de vendas nas operações nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, que passaram de 4.721,4 mil toneladas de carne vendida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 4.792,1 mil toneladas no período correspondente em 2014; (3) aumento de 10,5% no preço médio do quilo

de carne bovina vendido pelas operações na América do Sul, o que passou de R\$9,29 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$10,26 por quilo no período correspondente em 2014; e (4) aumento de 24,9% no preço médio do quilo de carne bovina vendido pelas operações nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, que passou de R\$8,50 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$10,62 por quilo no período correspondente em 2014.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 55,0%, de R\$7.927,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$12.288,5 milhões no período correspondente em 2014, devido principalmente ao aumento de volume vendido das operações de suínos no Brasil após a aquisição do Grupo Seara. As operações de suínos nos Estados Unidos apresentaram um aumento de 25,7% do preço médio do quilo de carne suína vendido, que passou de R\$5,36 por quilo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$6,73 por quilo no período correspondente em 2014; parcialmente compensado pela redução de 5,6% no volume vendido de carne suína, que passou de 1.417,0 mil toneladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 1.337,6 mil toneladas no período correspondente em 2014.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango obteve um aumento de 38,2%, passando de R\$21.039,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$29.084,5 milhões no período correspondente em 2014, devido principalmente ao aumento do volume vendido nas operações de frango no Brasil após a aquisição do Grupo Seara. As operações de frango nos Estados Unidos, México e Porto Rico, conduzidas pela PPC, apresentaram um aumento do preço médio do quilo de carne de frango vendida, além de um pequeno aumento no volume de carne de frango vendida.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros obteve um aumento de 36,8%, passando de R\$3.508,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$4.800,3 milhões no período correspondente em 2014, principalmente como resultado do aumento da receita com venda de subprodutos, em especial, couros.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 25,6%, passando de R\$81.056,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$101.796,3 milhões no período correspondente em 2014. Este crescimento deveu-se principalmente ao aumento no volume de vendas, conforme explicado no item acima, e ao aumento dos preços dos bovinos para abate no Brasil. Estes impactos foram compensados pelo aumento das vendas de produtos com valor agregado e, ainda, pela desvalorização do real frente ao dólar no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o que favoreceu as empresas exportadoras, acarretando em uma redução da proporção do custo dos produtos vendidos sobre a receita líquida, que passou de 87,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 84,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representa uma redução de 2,7 pontos percentuais.

Lucro Bruto

O lucro bruto teve um aumento de 57,6%, passando de R\$11.846,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$18.673,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos apresentadas acima, originando uma margem bruta de 12,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 frente a uma margem bruta de 15,5% no período correspondente em 2014, o que representa um aumento de 2,7 pontos percentuais.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 32,1%, passando de R\$2.520,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.330,0 milhões no período correspondente em 2014. Esse aumento é decorrente principalmente do *ramp upe* expansão da Companhia no setor de frangos, suínos e processados no Brasil. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 2,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 2,8% no período correspondente em 2014, o que representa um pequeno aumento de 0,1 ponto percentual.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 36,0%, passando de R\$5.262,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$7.154,3 milhões no período correspondente em 2014. Esse aumento é decorrente, principalmente: (1) do *ramp upe* expansão da Companhia no setor de frangos, suínos e processados no Brasil, e em especial, na melhora do nível de serviço de distribuição destes produtos; e (2) do investimento em campanhas de marketing e promoção dos produtos no Brasil, que permitiram um aumento da distribuição direta e também da base de clientes. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas aumentaram de 5,7% durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 5,9% no período correspondente em 2014.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas tiveram um aumento de 52,8%, passando de R\$2.380,3 milhões no exercício encerrado em 30 de dezembro de 2013 para R\$3.637,6 milhões no período correspondente em 2014, em decorrência principalmente: (1) aumento de 38,1% do resultado negativo de variações cambiais ativas e passivas, que passaram de R\$1.370,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.891,8 milhões no período correspondente em 2014; (2) aumento de 46,2% nos juros passivos, que passaram de R\$2.165,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.167,1 milhões no período correspondente em 2014; (3) redução de 3,4% das receitas financeiras com juros ativos, que passaram de R\$576,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$556,3 milhões no período correspondente em 2014; (4) aumento de 16,2% das despesas com impostos, contribuições, tarifas e outros, que passaram de R\$100,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$117,0 milhões no período correspondente em 2014; parcialmente compensados pelo aumento de 44,4% do resultado financeiro positivo com derivativos, que passou de R\$679,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$982,0 milhões no período correspondente em 2014.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial referente à participação na Vigor Alimentos S.A. passou de um resultado negativo de R\$0,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para um resultado positivo de R\$14,0 milhões no período correspondente em 2014. Já o resultado de equivalência patrimonial referente à participação na Meat Snack Partners, LLC passou de um resultado positivo de R\$7,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para um resultado positivo de R\$12,1 milhões no período correspondente em 2014.

Outras Receitas (Despesas)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia acumulou outras despesas líquidas no valor de R\$385,7 milhões referentes à (1) despesas na JBS Argentina no montante de R\$10,2 milhões referentes a indenizações trabalhistas, resultado de venda de ativos

imobilizados e outras despesas pulverizadas; (2) despesas na JBS Foods S.A. no montante de R\$2,5 milhões basicamente decorrente de doações eleitorais a partidos políticos, resultado na venda de ativos imobilizados e outras despesas de menor representatividade pulverizadas; e (3) outras despesas na JBS S.A. no montante de R\$403,7 milhões referente, basicamente, às doações para campanhas eleitorais a partidos políticos, resultado na venda de ativos imobilizados e outras despesas de baixa representatividade pulverizadas; parcialmente compensados pelas receitas na JBS USA no montante de R\$30,7 milhões decorrentes da receita de aluguéis e resultado na venda de ativos imobilizados e sucata.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social aumentou 136,2%, passando de um resultado positivo de R\$1.775,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para um resultado positivo de R\$4.191,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 1,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 3,5% no período correspondente em 2013, o que representa um aumento de 1,6 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social do Período

O montante de imposto de renda e contribuição social do período aumentou 896,7%, passando de R\$166,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.656,9 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, decorrente da melhora do resultado financeira da Companhia detalhada nas rubricas acima. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 0,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 1,4% no período correspondente em 2014, o que representa um aumento de 1,2 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu em 73,8%, passando de R\$490,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$128,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos passou de 0,5% negativo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 0,1% negativo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representa uma redução de 0,4 ponto percentual.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou 115,2%, passando de um lucro líquido de R\$1.118,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para um lucro líquido de R\$2.406,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício passou de 1,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 2,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representa um aumento de 0,8 ponto percentual.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores

Como reflexo do exposto acima, o lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores aumentou 119,6%, passando de R\$926,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.035,9 milhões no período correspondente em 2014. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas controladores passou de 1,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de

2013 para 1,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representa um aumento de 0,7 ponto percentual.

JBS S.A.**Balancos patrimoniais
(Em milhões de reais)**

	31.12.14		31.12.13		30.12.2014 /31.12.2013
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	14.910,4	18,2%	9.013,1	13,1%	65,4%
Contas a receber de clientes	9.577,5	11,7%	8.919,9	13,0%	7,4%
Estoques	8.273,1	10,1%	6.904,6	10,1%	19,8%
Ativos biológicos	1.567,9	1,9%	1.419,3	2,1%	10,5%
Impostos a recuperar	2.300,6	2,8%	2.003,3	2,9%	14,8%
Despesas antecipadas	181,9	0,2%	152,4	0,2%	19,3%
Outros ativos circulantes	730,8	0,9%	500,8	0,7%	45,9%
TOTAL DO CIRCULANTE	37.542,2	45,8%	28.913,5	42,1%	29,8%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	370,1	0,5%	734,0	1,1%	-49,6%
Ativo biológico	633,7	0,8%	496,9	0,7%	27,5%
Impostos a recuperar	1.546,0	1,9%	1.149,7	1,7%	34,5%
Outros ativos não circulantes	2.121,1	2,6%	1.182,3	1,7%	79,4%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.670,9	5,7%	3.562,9	5,2%	31,1%
Investimentos em coligada, controladas e joint ventures	295,4	0,4%	277,6	0,4%	6,4%
Imobilizado	24.098,7	29,4%	20.940,6	30,5%	15,1%
Intangível	15.436,5	18,8%	14.975,7	21,8%	3,1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	44.501,5	54,2%	39.756,7	57,9%	11,9%
TOTAL DO ATIVO	82.043,7	100,0%	68.670,2	100,0%	19,5%

JBS S.A.**Balancos patrimoniais
(Em milhões de reais)**

	31.12.14		31.12.13		31.12.2014 /31.12.2013
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	6.942,9	8,5%	5.342,4	7,8%	30,0%
Empréstimos e financiamentos	13.687,0	16,7%	9.430,9	13,7%	45,1%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	505,8	0,6%	19,8	0,0%	2459,7%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	2.105,3	2,6%	1.741,5	2,5%	20,9%
Dividendos declarados	484,0	0,6%	220,5	0,3%	119,5%
Débito com terceiros para investimentos	344,9	0,4%	264,3	0,4%	30,5%
Outros passivos circulantes	798,1	1,0%	689,5	1,0%	15,7%
TOTAL DO CIRCULANTE	24.868,0	30,3%	17.708,9	25,8%	40,4%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	26.392,2	32,2%	23.330,4	34,0%	13,1%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	639,1	0,8%	705,2	1,0%	-9,4%
Débito com terceiros para investimentos	490,5	0,6%	463,5	0,7%	5,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.840,0	3,5%	2.119,6	3,1%	34,0%
Provisão para riscos processuais	705,8	0,9%	849,3	1,2%	-16,9%
Outros passivos não circulantes	465,6	0,6%	360,1	0,5%	29,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	31.533,2	38,4%	27.828,1	40,5%	13,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.506,2	26,2%	21.506,2	31,3%	0,0%

Ações em tesouraria	(451,7)	-0,6%	(595,8)	-0,9%	-24,2%
Transações de capital	90,3	0,1%	86,4	0,1%	4,5%
Reserva de capital	212,8	0,3%	211,9	0,3%	0,4%
Reserva de reavaliação	87,9	0,1%	92,2	0,1%	-4,7%
Reservas de lucros	4.261,8	5,2%	2.705,1	3,9%	57,5%
Ajustes de avaliação patrimonial	101,7	0,1%	132,8	0,2%	-23,4%
Ajustes acumulados de conversão	(1.935,2)	-2,4%	(2.187,0)	-3,2%	-11,5%
Atribuído à participação dos acionistas controladores	23.873,8	29,1%	21.951,8	32,0%	8,8%
Participação dos acionistas não controladores	1.768,7	2,2%	1.181,5	1,7%	49,7%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.642,5	31,3%	23.133,3	33,7%	10,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.043,7	100,0%	68.670,2	100,0%	19,5%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 29,8%, passando de R\$28.913,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$37.542,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

- aumento de 65,4% do caixa e equivalentes de caixa, de R\$9.013,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$14.910,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, em decorrência principalmente: (1) da forte geração de caixa líquido atribuído às atividades operacionais; (2) da geração de caixa líquido atribuído às atividades de financiamentos; e (3) da geração de caixa devido à variação cambial positiva do caixa e equivalentes de caixa; parcialmente compensados pela aplicação do caixa nas atividades de investimentos. A administração julga que a posição de caixa e equivalentes de caixa é a adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais;
- aumento de 7,4% nas contas a receber de clientes, de R\$8.919,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$9.577,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente: (1) do aumento das contas a receber das operações de carne bovina e suína nos Estados Unidos, Austrália e Canadá como resultado do crescimento dos preços de venda dos produtos; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação das contas a receber das operações fora do Brasil; parcialmente compensado pela redução das contas a receber das operações de bovinos no Brasil;
- aumento de 19,8% em estoques, de R\$6.904,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$8.273,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente: (1) do aumento do custo do bovino vivo nos Estados Unidos; (2) do aumento do volume de estoque da JBS Foods devido ao ramp up das operações de frangos, suínos e processados no Brasil; e (3) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos estoques das operações fora do Brasil;
- aumento de 10,5% em ativos biológicos, de R\$1.419,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.567,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente: (1) do aumento de frangos vivos em consequência da expansão das operações de frangos, suínos e processados no Brasil; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos ativos biológicos das operações fora do Brasil e, em especial, sobre as aves e ovos das operações da PPC; e

- e) aumento de 14,8% em impostos a recuperar, de R\$2.003,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.300,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 decorrente principalmente: (1) do aumento de ICMS a recuperar devido à expansão das operações de frangos, suínos e processados no Brasil e (3) do aumento do PIS e CONFIS a recuperar devido ao aumento das exportações das operações do Brasil.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 11,9%, passando de R\$39.756,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$44.501,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

- a) aumento de 31,1% no total realizável a longo prazo, passando de R\$3.562,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$4.670,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente: (1) do aumento de 27,5% dos ativos biológicos, que passaram de R\$496,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$633,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 devido principalmente ao aumento de avós e matrizes de frango e porco que são destinadas à reprodução, para sustentar a expansão das operações de frangos, suínos e processados no Brasil; e (2) aumento de 34,5% dos impostos a recuperar, que passaram de R\$1.149,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.546,0 em 31 de dezembro de 2014 devido aos mesmos motivos detalhados acima na rubrica de impostos a recuperar circulantes; parcialmente compensados pela redução dos créditos com empresas ligadas, que passaram de R\$734,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$370,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 devido à redução do saldo do crédito entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate;
- b) aumento de 30,5% do imobilizado, que passou de R\$20.940,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$24.098,7 milhões em 31 de dezembro 2014, decorrente principalmente:(1) dos investimentos em aquisições e obras em andamentos para a expansão e manutenção das atividades de todos os segmentos de operação da Companhia; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos ativos imobilizados fora do Brasil; e
- c) aumento de 21,8% do intangível, passando de R\$ 14.975,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$15.436,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente da apuração do ágio gerado nas aquisições no segmento de frango, suínos e processados durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 40,4%, passando de R\$17.708,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$24.868,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

- (a) aumento de 30,0% em fornecedores, de R\$5.342,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$6.942,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente (1)do aumento dos preços dos bovinos para abate nas operações do Brasil e dos Estados Unidos, sendo este último também impactado pela desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação; e (2) aumento dos materiais e serviços contratados principalmente para a expansão das operações nos Estados Unidos, Austrália e Canadá e na JBS Foods;

- (b) aumento de 45,1% em empréstimos e financiamentos, passando de R\$9.430,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$13.687,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente (1) da estratégia da Companhia de ter uma posição de caixa e equivalentes de caixa que a administração julga ser adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano sobre os empréstimos e financiamentos da parte da dívida em moeda estrangeira;
- (c) aumento de 2.459,7% em imposto de renda e contribuição social sobre lucro a pagar, de R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$505,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente do aumento do lucro líquido acumulado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (d) aumento de 20,9% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$1.741,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente do aumento de provisões para férias, 13º salário e encargos dos colaboradores envolvidos na expansão das atividades de frango, suínos e processados no Brasil;
- (e) aumento de 119,5% dos dividendos declarados, de R\$ 220,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$484,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente do aumento do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (f) aumento de 30,5% do débito com terceiros para investimentos, de R\$264,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$344,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o débito com terceiros para investimentos de curto prazo era constituído de: (1) R\$47,9 milhões referentes à aquisição de imobilizados e outros complexos industriais nos Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, e Goiás; (2) R\$49,3 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em junho de 2013 de ativos e complexos industriais localizados em Ana Rech - RS, para implementação da atividade de abate e frigorificação de suínos, assim como industrialização e subprodutos do mesmo; (3) R\$36,0 milhões na subsidiária JBS Foods S.A. referente ao saldo remanescente da dívida assumida pela Marfrig S.A. com a BR Foods S.A. por ocasião da compra de ativos. Com a venda do Grupo Seara pela Marfrig os ativos comprados foram transferidos juntamente com a dívida para a JBS S.A.; (4) R\$79,0 milhões na subsidiária JBS Foods S.A. referente à aquisição da planta de abate de suínos e processados em Carambeí - PR em 31 de maio de 2014; (5) R\$10,8 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente à aquisição em junho de 2014 da empresa Frinal, que exerce a atividade de criação, abate e comercialização de suínos; (6) R\$21,4 milhões na subsidiária JBS Global Meat referente a débitos para a aquisição da Midtown; (7) R\$8,0 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente à aquisição em agosto de 2014 da empresa Avebom, que exerce a atividade de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, criação e abate de aves e suínos, fabricação de rações e concentrados e a industrialização de carnes; (8) R\$9,8 milhões na subsidiária indireta Seara Alimentos referente a aquisição em março de 2014 da empresa Sul Valle, que exerce a atividade de criação, abate e comercialização de suínos; (9) R\$7,1 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em outubro de 2014 da empresa Novagro, que exerce as atividades de criação e abate de aves e fabricação de rações e concentrados; e (10) R\$75,5 milhões na subsidiária indireta Seara Alimentos referente a aquisição de ativos imobilizados em outubro de 2014 da empresa Céu Azul.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou 13,3%, passando de R\$27.828,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$31.533,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

- (a) aumento de 13,1% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$23.330,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$26.392,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente (1) da estratégia da Companhia de ter uma posição de caixa e equivalentes de caixa que a administração julga ser a adequada para que a Companhia mantenha a liquidez necessária para lidar com a volatilidade dos mercados em que possui atividades operacionais; e (2) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano sobre os empréstimos e financiamentos da parte da dívida em moeda estrangeira;
- (b) redução de 9,4% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, passando de R\$705,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$639,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente da transferências de obrigações de longo prazo para o curto prazo;
- (c) aumento de 5,8% dos débitos com terceiros para investimento, de R\$463,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$490,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o débito com terceiros para investimentos de longo prazo era constituído de: (1) R\$44,9 milhões referentes à aquisição de imobilizados e outros complexos industriais nos Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, e Goiás; (2) R\$100,0 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente à aquisição em junho de 2013 de ativos e complexos industriais localizados em Ana Rech - RS, para implementação da atividade de abate e frigorificação de suínos, assim como industrialização e subprodutos do mesmo; (3) R\$114,4 milhões na subsidiária JBS Foods S.A. referente ao saldo remanescente da dívida assumida pela Marfrig S.A. com a BR Foods S.A. por ocasião da compra de ativos. Com a venda do Grupo Seara pela Marfrig os ativos comprados foram transferidos juntamente com a dívida para a JBS S.A.; (4) R\$79,0 milhões na subsidiária JBS Foods S.A. referente à aquisição da planta de abate de suínos e processados em Carambeí - PR em 31 de maio de 2014; (6) R\$102,2 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em março de 2013 da empresa Agrovêneto, que exerce atividade similar à da JBS Aves; (6) R\$12,0 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente à aquisição em junho de 2014 da empresa Frinal, que exerce a atividade de criação, abate e comercialização de suínos; (7) R\$21,5 milhões na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em outubro de 2014 da empresa Novagro, que exerce as atividades de criação e abate de aves e fabricação de rações e concentrados; e (8) R\$16,3 milhões na subsidiária indireta Seara Alimentos referente a aquisição de ativos imobilizados em outubro de 2014 da empresa Céu Azul;
- (d) aumento de 34,0% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$2.119,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.840,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 decorrente principalmente da amortização do ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura;
- (e) redução de 16,9% em provisões para riscos processuais, de R\$849,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$705,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, em decorrência principalmente da redução da provisão para riscos fiscais e previdenciários;

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 10,8%, passando de R\$23.133,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$25.642,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 em decorrência principalmente: (1) dos lucros atribuídos à participação dos acionistas controladores acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$2.035,9 milhões; (2) do impacto positivo dos ajustes acumulados de conversão de nossos investimentos no exterior devido à desvalorização do real frente ao dólar americano; e (3) da alienação de ações em tesouraria. Em 24 de junho de 2014, o Conselho de Administração aprovou a alienação de 26.295.997 de ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, no âmbito de compra do capital social da sociedade Comércio e Indústrias de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda. "Massa Leve", sendo que o valor fixado em contrato pela alienação das ações em tesouraria foi de R\$203,5 milhões.

Fluxo de Caixa

Comparação dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

O aumento líquido do caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$3.933,6 milhões, sendo que foram gerados R\$21.206,4 milhões nas atividades operacionais, foram investidos R\$21.603,9 milhões nas atividades de investimento e houve geração de R\$2.191,7 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de R\$2.139,4 milhões, conforme reconciliação abaixo:

<u>Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado</u>	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2015	2014
<i>(em milhões de R\$)</i>		
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.206,4	8.987,0
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.603,9)	(4.276,8)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.191,7	876,9
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	2.139,4	310,2
<u>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</u>		
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	14.910,4	9.013,1
No fim do período	18.844,0	14.910,4
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.933,6	5.897,3

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos

produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumentou de R\$8.987,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$21.206,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A variação do fluxo de caixa entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015 deveu-se principalmente ao: (1) crescimento da geração de caixa consolidado das unidades de negócios da Companhia e do resultado financeiro líquido, o que acarretou em um aumento do lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores, de R\$2.035,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.640,1 milhões no período correspondente em 2015; (2) maior participação da depreciação e amortização, que não possui efeito caixa, porém é redutora do lucro líquido, passando de R\$2.546,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.692,8 milhões no período correspondente em 2015. Este crescimento se deve ao crescimento do imobilizado como consequência da aquisição de ativos; (3) maior participação dos encargos financeiros, que não possuem impacto caixa, porém são redutores do lucro líquido da Companhia, passando de R\$3.871,2 milhões no caixa operacional do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$11.568,2 milhões no período correspondente em 2015. Este crescimento se deve principalmente ao resultado financeiro positivo com derivativos de R\$10.603,3 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (4) maior controle do capital de giro da companhia, que gerou um caixa de R\$1.622,5 milhões como efeito líquido das variações das contas ativas e passivas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Atividades de Investimento

Foram aplicados nas atividades de investimento R\$4.276,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$21.603,9 milhões no período correspondente em 2015. Esta variação se deve principalmente (1) pagamento dos preços de aquisição da Primo Smallgoods, Moy Park, negócio de suínos da Cargill nos Estados Unidos, entre outras, no valor total de R\$17.352,5 milhões; e (2) investimentos em manutenção, ampliação e modernização que totalizaram R\$4.251,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos, aumento de capital, aquisições de ações de emissão própria e gastos com transação na emissão de títulos e valores mobiliários. O caixa proveniente das atividades de financiamentos passou de R\$876,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.191,7 milhões no período correspondente em 2015. O aumento do caixa líquido captado por meio de empréstimos e financiamentos compreende basicamente captações de longo prazo para financiar o pagamento das aquisições de ativos imobilizados e participações societárias realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, além de linhas de crédito de curto prazo para financiar as necessidades de capital de giro da Companhia,

Comparação dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O aumento líquido do caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$5.897,3 milhões, sendo que foram gerados R\$8.987,0 milhões nas atividades operacionais, foram investidos R\$4.276,8 milhões nas atividades de investimento e houve geração de R\$876,9 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de R\$310,2 milhões, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2014	2013
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.987,0	2.541,0
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.276,8)	(1.905,9)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	876,9	2.706,5
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	310,2	288,5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	9.013,1	5.383,1
No fim do período	14.910,4	9.013,1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.897,3	3.630,1

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumentou de R\$2.541,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$8.987,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A variação do fluxo de caixa entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014 deveu-se principalmente a: (1) melhora operacional de todas as unidades de negócio da Companhia, o que acarretou em um aumento do lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores, de R\$926,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.035,9 milhões no período correspondente em 2014; (2) maior participação da depreciação e amortização e dos encargos financeiros, que não possuem impacto caixa, porém são redutores do lucro líquido da Companhia, sendo este ajuste de R\$6.418,0 milhões positivo no caixa operacional do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (3) maior controle do capital de giro da companhia, que gerou um caixa de R\$542,6 milhões como efeito líquido das variações das contas ativas e passivas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Atividades de Investimento

Foram aplicados nas atividades de investimento R\$1.905,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e R\$4.276,8 milhões no período correspondente em 2014. Esta variação se deve principalmente ao aumento do consumo de caixa com adições de ativo imobilizado e intangível, que passaram de R\$1.737,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.569,4 no período correspondente em 2014. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, cerca de 35% dos investimentos foram feitos em aquisições e os demais 65% foram dedicados na manutenção e modernização das plantas da Companhia.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos, aumento de capital, aquisições de ações de emissão própria e gastos com transação na emissão de títulos e valores mobiliários. O caixa proveniente das atividades de financiamentos passou de R\$2.706,5 milhões no exercício

encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$876,9 milhões no período correspondente em 2014. A redução do caixa líquido captado por meio de empréstimos e financiamentos está em linha com a estratégia da Companhia de reduzir sua alavancagem por meio da geração de caixa de suas atividades operacionais.

10.2 Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. **Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS na América do Sul, nos Estados Unidos, Austrália e Canadá.

Venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos e Brasil. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, e (2) outros produtos suínos, incluindo presuntos, linguiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional, e (3) produtos de alto valor agregado, tais como produtos processados resfriados (ex.: salsichas e presuntos), produtos processados congelados (ex.: pratos prontos), carnes cozidas congeladas e pizzas.

Venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos, Reino Unido, França, México, Porto Rico e Brasil. Receitas geradas pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados e (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, nuggets e hambúrgueres, além de partes do frango com osso, e (3) produtos de alto valor agregado, tais como produtos processados resfriados (ex.: salsichas), produtos processados congelados (ex.: hambúrgueres, empanados, lasanhas e pratos prontos), carnes cozidas congeladas e pizzas.

Venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda produtos de limpeza e higiene, ovos, biodiesel, entre outros subprodutos (tais como espinhaço, gordura abdominal, cartilagem, etc.).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Principais fatores que podem afetar as operações e condição financeira da Companhia e cenário macroeconômico brasileiro.

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois alteram diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível

dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Em 2013 o PIB brasileiro cresceu 2,3% , segundo o IBGE, impulsionado principalmente pelos setores agropecuário, serviços e indústria, que tiveram crescimento de 7%, 2% e 1,3%, respectivamente. Também cresceram o consumo das famílias e o consumo governamental, que tiveram crescimento 2,3% e 1,9%, respectivamente. A taxa de inflação acumulada no período, medida pelo IPCA ficou em 5,9%, ficando abaixo teto da meta estabelecida pelo governo brasileiro para 2013 de 6,50% ao ano. A inflação anual foi impactada principalmente pelos grupos de alimentação e bebidas, de despesas pessoais e de educação .Para mitigar a elevação da inflação, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a meta da taxa SELIC em 2,75 pontos percentuais, passando de 7,25% ao ano no final de 2012 para 10,00% ao ano no final de 2013, após quase dois anos de estabilidade e/ou queda da taxa. No acumulado do período, o real depreciou 12,8% em relação ao dólar americano.

O crescimento do PIB brasileiro em 2014 será divulgado pelo IBGE em 27 de março de 2015, porém já é prevista uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia se comparado ao crescimento dos últimos anos. Em 2014 a taxa de inflação acumulada, medida pelo IPCA, ficou em 6,4%, ficando muito próxima do teto da meta estabelecida pelo governo brasileiro para ano de 6,5%. A inflação anual foi impactada principalmente pelos grupos de habitação e alimentação e bebidas, que tiveram aceleração de 8,8%, e 8,0%, respectivamente. O grupo habitação sofreu um forte efeito dos aumentos dos preços da energia elétrica, já o grupo alimentação e bebidas merece destaque pela sua participação significativa no orçamento das famílias de 24,9%. Para mitigar a elevação da inflação, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a meta da taxa SELIC em 1,75 pontos percentual, passando de 10,00% ao ano no final de 2013 para 11,75% ao ano no final de 2014. No acumulado do período, o real depreciou 8,3% em relação ao dólar americano, novamente beneficiando empresas exportadoras.

Em 2015 o PIB brasileiro recuou 3,8%, pior resultado em 25 anos, sendo impactado principalmente pela contração de 6,2% na atividade industrial e de 2,7% nos serviços. Já a atividade agropecuária apresentou um crescimento de 1,8%. Houve ainda um recuo de 7,3% na arrecadação de impostos, decorrente principalmente da redução na arrecadação daqueles ligados à indústria de transformação, em especial o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Já a inflação, medida pelo IPCA e divulgada pelo IBGE, fechou 2015 em 10,67%, sendo esta a taxa mais elevada desde 2002. O aumento dos preços impactou principalmente as despesas relativas à Habitação, que subiram 18,31% no período, com destaque para os aumentos dos preços da energia elétrica e combustíveis. No grupo de Alimentação e Bebidas, o de maior peso no IPCA, os preços tiveram um avanço de 12,03%. Pelo terceiro ano seguido, como forma de mitigar a elevação da inflação, o Copom elevou a meta da taxa SELIC em 2,50 pontos percentuais, passando de 11,75% ao ano no final de 2013 para 14,25% ao ano no final de 2014. No acumulado do período, o real depreciou 32,0% em relação ao dólar americano, novamente beneficiando empresas exportadoras.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o dólar nos períodos indicados:

	Ano encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2014	2015
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,3%	0,1%	-3,8%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	5,5%	3,7%	10,5%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	5,9%	6,4%	10,67%
Taxa Interbancária – CDI ⁽⁴⁾	8,0%	10,8%	13,18%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁽⁵⁾	5,0%	5,0%	6,25%
Desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano	-12,8%	-8,3%	-32,0%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$ 2,34	R\$ 2,66	R\$ 3,90
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$ 2,16	R\$ 2,35	R\$ 3,34

⁽¹⁾ O PIB do Brasil informado utiliza metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses, ou últimos nove meses, de cada período, conforme aplicável.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses, ou últimos nove meses, de cada período, conforme aplicável.

⁽⁴⁾ A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

⁽⁵⁾ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

⁽⁶⁾ Média das taxas de câmbio durante o período.

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral. Nos próximos itens serão discutidos os efeitos nos volumes de venda e preços dos produtos.

b. Resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume, e introdução de novos produtos e serviços)

Efeito dos níveis de vendas de produtos in natura e industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 69,6% e 69,5% da receita de vendas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente. A receita bruta proveniente de vendas em mercados domésticos da Companhia aumentou 35,7%, passando de R\$86.957,4 milhões em 2014 para R\$117.978,2 milhões em 2015. O volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou um crescimento de 8,3%, passando de 12.113,4 mil toneladas no exercício encerrado

em 31 de dezembro de 2014 para 13.120,4 mil toneladas no período correspondente em 2015, devido principalmente ao aumento do volume de vendas de produtos de frangos e processados no mercado brasileiro e à integração dos negócios das aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 69,5% e 73,5% da receita de vendas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. A receita bruta proveniente de vendas em mercados domésticos da Companhia aumentou 23,2%, passando de R\$70.562,8 milhões em 2013 para R\$86.957,4 milhões em 2014. O volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou um crescimento de 4,2%, passando de 11.627,5 mil toneladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 12.113,3 mil toneladas no período correspondente em 2014, devido principalmente ao aumento do volume de vendas de produtos de frangos, suínos e processados no mercado brasileiro.

Efeito dos níveis de exportação de produtos in natura e industrializados no resultado operacional

De forma geral, os preços dos produtos vendidos sob forma de exportação são mais altos que os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais. Tal diferença de preços deve-se a vários fatores, incluindo: (i) o preço mais alto de certas commodities em países desenvolvidos, em comparação com países emergentes; (ii) o custo de transporte dos nossos produtos; (iii) os custos de armazenagem e de logística; e (iv) impostos e tarifas aduaneiras.

As exportações representaram 30,4% e 30,5% da receita operacional bruta de vendas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respectivamente. A receita proveniente das exportações aumentou 34,6%, passando de R\$38.185,9 milhões em 2014 para R\$51.417,0 milhões em 2015. O volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 12,5%, passando de 4.833,5 mil toneladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para 5.438,4 mil toneladas no período correspondente em 2015, devido principalmente ao aumento do volume de vendas de produtos com origem nos Estados Unidos, Austrália, México e Porto Rico, e à integração das aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As exportações representaram 30,5% e 26,5% da receita operacional bruta de vendas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente. A receita proveniente das exportações aumentou 50,0%, passando de R\$25.461,2 milhões em 2013 para R\$38.185,9 milhões em 2014. O volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 25,4%, passando de 3.861,5 mil toneladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 4.841,9 mil toneladas no período correspondente em 2014, devido principalmente ao aumento do volume de vendas de produtos com origem na América do Sul.

A habilidade de exportar os produtos depende de vários fatores, que incluem: (i) o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação; (ii) condições econômicas dos mercados de exportação (incluindo taxas de juros e taxas de câmbio praticadas em tais mercados); e (iii) variações na demanda pelos produtos nos mercados de exportação, incluindo variações geradas pelas ocorrências e restrições de ordem sanitária. Alteração nestes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais.

Oscilações nos preços domésticos de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados domésticos são geralmente determinados de acordo com as condições de mercado. Tais preços também são impactados pela margem adicional que as redes varejistas repassam ao consumidor final. Negociamos tais margens com cada rede de varejistas e, dependendo da rede, individualmente com cada loja.

Os preços dos produtos vendidos pela Companhia nos mercados domésticos sofreram um aumento de 18,3% em 2014, passando de R\$6,07 por quilo em 2013 para R\$7,18 por quilo. Em 2015, os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados domésticos sofreram um aumento de 25,3%, passando para R\$8,99 por quilo.

Efeitos de oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados na receita operacional líquida

Oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços médios realizados para exportação dos produtos da Companhia tiveram um aumento de 19,6% em 2014, passando de R\$6,59 por quilo em 2013 para R\$7,89 por quilo. Em 2015, os preços médios realizados para exportação dos produtos aumentaram 19,7%, passando para R\$9,45 por quilo.

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados doméstico e internacional têm oscilado significativamente nos últimos anos, e a Companhia acredita que irão continuar a oscilar no futuro.

Efeitos de oscilações nos preços de aquisição de animais nos nossos custos operacionais de Venda

Grande parte de nossos custos operacionais de venda estão relacionados aos custos de aquisições de matéria-prima.

A principal matéria-prima que a Companhia utiliza na produção de produtos in natura e industrializados são os animais vivos. O custo de aquisição dos animais é impactado pela oferta e demanda vigente nos mercados onde a empresa atua. Com a entrada da Companhia no setor de frangos e suínos, a compra de produtos para alimentação destes animais passou a fazer parte dos custos. Em 2013, 2014 e 2015, os custos com matéria-prima representaram aproximadamente 80,6%, 81,9% e 81,9% do custo dos produtos vendidos respectivamente.

Oscilações no preço do gado e dos grãos impactam diretamente os custos operacionais. Geralmente, a Companhia adquire animais em operações no mercado à vista. Para se proteger de qualquer variação nos preços durante o período compreendido entre a data da compra e a data da entrega do mesmo, a Companhia pode realizar hedge de parte ou a totalidade dos animais e grãos adquirido através de instrumentos financeiros negociados em bolsas de mercados e futuros.

O preço dos animais e grãos praticado no mercado nacional e internacional oscilou significativamente no passado, e a Companhia acredita que continuará a oscilar nos próximos anos. Os aumentos no preço dos animais e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos, podem impactar as margens brutas e os resultados operacionais, caso não sejamos capazes de repassar a totalidade de tais aumentos aos clientes. Do contrário, reduções no preço dos animais e grãos, e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia podem aumentar as margens brutas e os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações das taxas de câmbio do real em relação ao dólar

Os resultados operacionais e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela volatilidade do real em relação ao dólar.

A Companhia possui uma plataforma de produção e distribuição globalizada, desta forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais dos países onde a Companhia está presente podem ter efeitos adversos nos seus resultados.

Uma parte substancial da receita líquida de vendas está atrelada ao dólar, dado que a grande maioria das nossas exportações está expressa com base nessa moeda. Caso ocorra uma desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, as receitas de exportações serão impactadas, podendo sofrer um acréscimo ou decréscimo em valores monetários, desde que as demais variáveis permaneçam constantes.

Além disso, uma parte significativa do endividamento está atrelada às moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento consolidado em moedas estrangeiras representava 46,5% do endividamento total da Companhia. Portanto, qualquer desvalorização relevante das moedas locais poderá aumentar significativamente as despesas financeiras e os nossos endividamentos de curto e longo prazo. Por outro lado, qualquer valorização maior das moedas locais frente às moedas estrangeiras poderá diminuir significativamente as despesas financeiras e o endividamento de curto prazo e de longo prazo da Companhia contabilizados em moedas locais.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos às estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Companhia possui uma Diretoria de Controle de Riscos, que emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (*Non-Deliverable Forwards*), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (*Swaps*), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em reais contra suas obrigações não denominadas em reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas.

Efeito do nível de endividamento e da taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total do endividamento era de R\$65.882,7 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras líquidas de R\$1.300,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, das quais R\$10.603,3 milhões foram receitas com derivativos, R\$2.460,0 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$9.224,8 milhões foram despesas com variação cambial, R\$219,1 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. Os juros referentes ao endividamento dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais em vigor e a determinação de riscos relacionados à Companhia, à indústria na qual a Companhia atua e à economia brasileira. Ainda, o resultado financeiro líquido da Companhia é impactado pela variação cambial sobre o saldo de seus passivos e ativos mantidos em moedas estrangeiras e sua estratégia de proteção de seu balanço patrimonial por meio da utilização de instrumentos de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total do endividamento era de R\$40.079,1 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras líquidas de R\$2.380,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, das quais R\$982,0 milhões foram receitas com derivativos, R\$2.610,8 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$1.891,8 milhões foram despesas com variação cambial, R\$117,0 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total do endividamento era de R\$32.761,3 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras líquidas de R\$2.380,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, das quais R\$679,9 milhões foram receitas com derivativos, R\$1.589,6 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$1.370,0 milhões foram despesas com variação cambial, R\$100,7 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a uma diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendioso, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

k) Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2015, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (US\$ - Dólar)

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (II) Variação do câmbio em 25%			Cenário (III) Variação do câmbio em 50%		
			Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado		
			Em R\$ mil			Em R\$ mil			Em R\$ mil		
			Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Financeira	Depreciação	3,9048	3,7970	685.488	800.664	2,9286	6.207.545	7.250.541	1,9524	12.415.092	14.501.083
Operacional	Apreciação	3,9048	3,7970	(116.555.000)	(205.946)	2,9286	(1.055.481)	(1.864.976)	1,9524	(2.110.962)	(3.729.952)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	3,9048	3,7970	(1.231.092)	(1.325.775)	2,9286	(11.148.351)	(12.005.764)	1,9524	(22.296.701)	(24.011.527)
				<u>(662.159)</u>	<u>(731.057)</u>		<u>(5.996.287)</u>	<u>(6.620.199)</u>		<u>(11.992.571)</u>	<u>(13.240.396)</u>

O risco da exposição operacional em US\$ é da apreciação do Real, entretanto, pelo risco financeiro da Companhia ser a depreciação do Real, é calculado em todos os casos a redução do dólar em 25% e 50%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:

2015 - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 35,2% em relação ao ano anterior, totalizando R\$162.914,5 milhões. Esta variação se deve principalmente ao aumento do volume de vendas e dos preços médios, impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano e também devido à expansão das vendas de produtos com valor agregado.

2014 - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 29,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$120.469,7 milhões. Esta variação se deve principalmente ao aumento do volume de vendas e dos preços médios, impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano e também devido a forte expansão das vendas de produtos de frango, suínos e processados no Brasil após a aquisição do Grupo Seara.

2013 - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 22,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$92.902,8 milhões. Esta variação se deve principalmente ao aumento do volume de vendas e dos preços médios de venda dos segmentos de Carne Bovina, principalmente na América do Sul, Carne de Frango e pelo aumento dos preços médios de venda do segmento de Carne Suína.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Resultado Operacional

O desempenho operacional da Companhia pode ser afetado pelo custo de aquisição dos animais vivos e grãos para alimentação de frangos e suínos, que por sua vez são impactados pela oferta e demanda, e consequentemente pela inflação, vigente nos mercados onde a empresa atua. O custo de matéria-prima representou aproximadamente 81,9%, 81,9%, e 80,5% do custo dos produtos vendidos em 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte, ou a totalidade, dos aumentos nos custos para seus clientes nos mercados

domésticos em que opera por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 69,6%, 69,5%, e 73,5% da receita de vendas em 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

A receita bruta de vendas também pode ser afetada pela taxa de câmbio, uma vez que uma parcela significativa das vendas da Companhia é destinada ao mercado externo. As exportações representaram 30,4%, 30,5%, e 26,5% da receita operacional bruta de vendas em 2015, 2014 e 2013 respectivamente.

Resultado Financeiro

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, o endividamento denominado em moeda estrangeira era de R\$30.666,5 milhões, R\$21.462,0 milhões, e R\$15.424,1 milhões, respectivamente e representava 25,2%, 26,2%, e 22,5% do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

As exposições a risco de mercado da Companhia são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2015, a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R\$10.603,3 milhões e despesas financeiras com variações cambiais de R\$9.224,8 milhões. Em 2014, a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R\$982,0 milhões e despesas financeiras com variações cambiais de R\$1.891,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, 23,3% do endividamento total da Companhia, no valor de R\$15.362,4 milhões, estava sujeita a flutuações nas taxas de juros, especificamente o *London Interbank Offered Rate*, ou LIBOR, e a taxa de depósito interbancário do Brasil (Certificado de Depósito Interbancário), ou CDI, conforme publicada pela CETIP e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. Em 31 de dezembro de 2014, 32,5% do endividamento total da Companhia, no valor de \$ 13.021,2 milhões, estava sujeita a flutuações nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2013, 37,2% do endividamento total da Companhia, no valor de R\$12.194,5 milhões, estava sujeita a flutuações nas taxas de juros.

10.3 Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. No entanto, durante esses exercícios foram concluídas aquisições de ativos e participações sociais que contribuíram para a expansão dos segmentos operacionais já existentes (descritos no item abaixo).

Ainda, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 houve uma reclassificação dos segmentos operacionais e a venda de ovos e alguns subprodutos, tais como espinhaço, gordura abdominal, cartilagem, entre outros, antes incluídos nos segmentos de Carne de Frango e Carne Suína, passaram a ser incluídos no segmento operacional Outros.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas, porém a empresa mantém seu atual foco no ganho de eficiência, tanto operacional como financeira, de suas operações. Desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas.

Eventos operacionais relevantes:

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

A tabela seguir, são apresentadas as aquisições que: i) foram realizadas durante o trimestre do balanço que está sendo publicado em 31 de dezembro de 2015; ii) sofreram alterações no valor pago ou no valor justo dos ativos desde a data de aquisição até o prazo da combinação de negócios e; iii) após um ano da aquisição concluída. Dessa forma, as demais aquisições que não

se enquadrem nessas condições, encontram-se apresentadas nas informações apresentadas subsequentes à tabela.

Detalhamento das combinações de negócio:

VALOR JUSTO	Aquisições 2015							Aquisições 2014		
	Seara Norte	Big Frango	FRS S/A	Societe Alimentos	Primo ⁽¹⁾	Tyson México ⁽¹⁾	Cargill Inc. ⁽¹⁾	Moy Park ⁽²⁾	Macedo	Novagro
ATIVO	45.664	478.814	243.845	64	2.908.869	1.115.430	3.214.061	4.961.451	576.093	29.046
Caixa e equivalentes de caixa	1.342	18.746	636	-	18.462	21.613	-	732.196	14.729	140
Contas a receber de clientes	5.759	76.402	-	-	434.132	94.391	314.418	373.530	117.993	6.482
Estoques	10.615	32.077	1.078	-	445.448	130.819	274.828	490.479	86.357	469
Ativos biológicos	5.019	42.483	-	-	-	135.215	645.094	311.434	46.880	8.516
Impostos a recuperar	9.864	99.915	38.044	2	-	-	-	58.234	124.048	1.344
Impostos diferidos ativos	-	-	-	-	34.311	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.649	43.991	15.107	62	28.587	14.272	6.650	317.608	16.253	637
Imobilizado	11.299	164.815	188.977	-	1.276.401	615.990	1.049.220	1.477.256	167.733	11.458
Intangível	117	385	3	-	671.528	103.130	923.251	1.200.714	1.200	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.640	999.119	902.234	25.342	610.617	246.604	342.276	3.754.961	233.799	14.072
Fornecedores	6.189	148.288	36.936	-	443.171	84.148	259.369	1.128.709	52.199	2.938
Empréstimos e financiamentos	12.509	553.345	-	-	-	-	-	1.877.720	116.126	10.374
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	5.361	72.143	51.994	-	161.901	37.709	82.907	218.146	11.485	742
Impostos correntes e diferidos	-	-	26.939	-	5.545	124.747	-	323.439	-	-
Provisão para riscos processuais	3.682	226.345	648.951	-	-	-	-	-	18.039	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	2.899	-	137.414	25.342	-	-	-	211.427	35.950	18
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(4.480)	-	-
Ativos e passivos líquidos	15.024	(520.305)	(658.389)	(25.278)	2.298.252	868.826	2.871.785	1.206.490	342.294	14.974
Custo de aquisição ⁽³⁾	71.987	30.000	437.016	-	4.667.505	1.480.181	5.564.559	5.172.378	403.282	39.154
Ágio/excesso gerado na operação	56.963	550.305	1.095.405	25.278	2.369.253	611.355	2.692.774	3.965.888	60.988	24.180
Alocação do ágio/excesso na operação										
Mais valia da carteira de clientes	-	91.355	-	-	-	-	-	337.425	8.578	-
Mais valia da marca	-	64.578	221.330	-	-	-	-	740.982	16.034	-
Mais (menos) valia do imobilizado	45.996	62.987	306.178	-	-	-	-	(28.051)	45.931	-
IR/CS diferidos	(15.639)	(74.433)	(179.352)	-	-	-	-	(357.121)	(23.985)	-
Valor do ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura	26.606	405.818	747.249	25.278	2.369.253	611.355	2.692.774	3.272.653	14.430	24.180
Ágio/excesso gerado na operação	56.963	550.305	1.095.405	25.278	2.369.253	611.355	2.692.774	3.965.888	60.988	24.180

(1) - Convertido a taxa do dólar americano de R\$3,9048 em 31 de dezembro de 2015.

(2) - Convertidos a taxa da libra esterlina de R\$6,0054 em 30 de setembro de 2015.

(3) - Conforme os termos contratuais da aquisição da Moy Park, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento, e acordaram um ajuste final no preço da aquisição. O referido ajuste final do preço de aquisição foi de US\$46.570, sendo que o montante de US\$21.570 já foi recebido durante o período, ficando em aberto em 31 de dezembro de 2015 o montante residual de US\$25.000 (equivalente a R\$97.620).

Para as recentes aquisições em que a Companhia preliminarmente não identificou ajustes de mais valia, o excesso gerado na operação está preliminarmente destacado como ágio decorrente de rentabilidade futura.

Aquisição do Negócio de Suínos da Cargill nos Estados Unidos

Em outubro de 2015 a Companhia, por meio da sua subsidiária JBS USA, concluiu a aquisição de determinados bens, propriedades, direitos e obrigações de titularidade da Cargill Meats, na Cargill Pork, LLC. Foram incluídas na operação: (i) duas fábricas de processamento de suínos em Iowa e Illinois; (ii) cinco fábricas de ração em Missouri, Arkansas, Iowa e Texas; e (iii) quatro granjas de suínos em Arkansas, Oklahoma e Texas. O valor total pago foi de aproximadamente US\$1,45 bilhão, ajustado no fechamento da operação pela variação do capital de giro líquido e dos passivos de longo prazo da Cargill Pork.

Aquisição da Moy Park

Em setembro de 2015 a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação na Moy Park Holdings Europe Ltd. ("Moy Park"). O valor do fechamento da operação foi composto: (i) pelo

pagamento à vista de US\$1.212,6 milhões à Marfrig; e (ii) pela dívida líquida da Moy Park assumida pela JBS no montante de US\$293 milhões, que contemplam as Notas no montante de GBP300 milhões com vencimento em 2021. O valor efetivamente pago é ligeiramente superior ao valor de US\$1.190 milhões previamente anunciado em função das variações no capital giro e na dívida líquida da Moy Park entre a data da assinatura e o fechamento da Transação, conforme avençado originalmente entre as partes.

A Moy Park possui uma história de mais de 70 anos, é líder em categorias de alto valor agregado e referência no desenvolvimento e inovação de alimentos, atendendo as principais redes varejistas e de food service no Reino Unido e Europa Continental.

Aquisição das Operações no México da Tyson

Em junho de 2015 a Companhia, por meio da sua subsidiária Pilgrim's Pride Corporation, concluiu a aquisição das operações Mexicanas da Tyson Foods Inc. O valor da aquisição foi de aproximadamente US\$400 milhões.

Aquisição do Grupo Primo Smallgoods

Em maio de 2015 a Companhia, por meio da sua subsidiária JBS Austrália, concluiu a aquisição da totalidade das operações globais do Grupo Primo Smallgoods. A aquisição foi realizada pela JBS Austrália, subsidiária da Companhia e o preço total pago foi de aproximadamente AU\$1.450 milhões (dólares australianos, equivalente a aproximadamente US\$1.250 milhões). Estabelecido em 1985, o Grupo Primo é o líder em produtos processados como presunto, salsicha e bacon na Austrália e na Nova Zelândia. Possui marcas reconhecidas e líderes de mercado como Primo Smallgoods, Hans, Beehive, Hunter Valley Quality Meats e Primo Quality Meats. O Grupo Primo emprega mais de 3.700 colaboradores e conta com cinco unidades produtivas, sete centros de distribuição e 37 lojas de varejo.

Aquisição da AMSE02 Participações Ltda. (Grupo Big Frango)

Em fevereiro de 2015, a Companhia, por meio da sua subsidiária JBS Aves, adquiriu a totalidade das ações da AMSE02 Participações Ltda. pelo valor total de R\$ 103,6 milhões.

Aquisição da Macedo Agroindustrial Ltda. (Operações Tyson)

Na JBS Foods S.A., a JBS Aves adquiriu a totalidade das cotas da Macedo Agroindustrial Ltda., previamente denominada Tyson Foods do Brasil Ltda. em dezembro de 2014, pelo valor total de R\$ 333,7 milhões, integralmente pago.

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1). Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro de 2014:

Em R\$ mil

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	14.729
Contas a receber de clientes	117.993
Estoques	86.357
Ativos biológicos	47.699
Imposto a recuperar	124.948
Outros ativos circulantes e não circulantes	16.253
Imobilizado	166.914
Intangível	1.200
TOTAL DO ATIVO	576.093
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Fornecedores	52.199
Empréstimos e financiamentos	116.126
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	11.485
Outros passivos circulantes e não circulantes	53.989
Patrimônio líquido	342.294
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	576.093

Apuração do ganho proveniente de compra vantajosa:

Abaixo, apresentamos o ganho proveniente de compra vantajosa, que corresponde ao excesso do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação ao preço de compra agregado, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	332.711
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	342.294
Ganho de compra vantajosa	(9.583)

Aquisição da Andrews Meat

Na JBS USA, a subsidiária indireta JBS Australia, adquiriu 80% de participação da Andrews Meat Industries, localizada em Sidney, pelo valor aproximado de US\$ 33,8 milhões (R\$ 89,8 milhões em 31 de dezembro de 2014). A JBS Australia continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro de 2014:

Em R\$ mil

ATIVO	
Contas a receber de clientes	22.762
Estoques	30.197
Impostos diferidos ativos	1.532
Despesas antecipadas e outros ativos	154
Imobilizado	17.170
Intangível	15.910
TOTAL DO ATIVO	87.726
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Impostos diferidos passivos	6.857
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e outros passivos	25.359
Não controladores	22.475
Patrimônio líquido	33.036
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.726

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total do valor pago (convertido a taxa de R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014)	89.780
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	33.036
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	<u>56.744</u>

Aquisição da Novagro Granja Avícola Ltda.

Na JBS Foods S.A., a JBS Aves adquiriu a totalidade das cotas da Novagro em outubro de 2014, pelo valor total de R\$ 38,0 milhões. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sobre a rubrica de Débitos com terceiros para investimento, pelo saldo residual de R\$ 23,0 milhões.

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1). Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro de 2014:

Em R\$ mil

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	140
Contas a receber de clientes	6.482
Estoques	469
Ativos biológicos	8.516
Imposto a recuperar	1.344
Outros ativos circulantes e não circulantes	637
Imobilizado	11.458
TOTAL DO ATIVO	<u>29.046</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	2.938
Empréstimos e financiamentos	10.374
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	742
Outros passivos circulantes e não circulantes	18
Patrimônio líquido	14.974
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>29.046</u>

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total do valor pago	38.000
Valor justo do patrimônio líquido	14.974
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	<u>23.026</u>

Aquisição da Sul Valle

Na JBS Foods S.A., a subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda. (Seara Alimentos), assumiu o controle da Sul Valle Alimentos Ltda. (Sul Valle) em março de 2014, pelo valor total de R\$ 24,0 milhões. Adicionalmente, o preço da aquisição poderá sofrer reajustes em razão de determinados itens de capital de giro a serem verificados pela Companhia. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sob a rubrica de Débitos com terceiros para investimento.

A Seara Alimentos continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de março de 2014:

Em R\$ mil

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	1.000
Estoques	1.496
Ativos biológicos	12.174
Impostos a recuperar	21.839
Despesas antecipadas e outros ativos	139
Imobilizado	20.212
Intangível	21
TOTAL DO ATIVO	<u>56.881</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	9.000
Empréstimos e financiamentos	23.542
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	3.229
Patrimônio líquido	21.110
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>56.881</u>

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total do valor pago	24.000
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	21.110
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	<u>2.890</u>

Conclusão da Aquisição das operações do Grupo Zenda e Grupo Seara:

Em junho de 2013, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo Zenda (através da holding Columbus), que opera a atividade de beneficiamento e comercialização de couros bovinos e em setembro de 2013 do Grupo Seara (através das holdings JBS Foods, Baumhardt e Seara

Holding), que consiste em participações societárias nos negócios do Grupo Seara, e de determinados direitos detidos pela Marfrig Alimentos S.A. sobre essas sociedades. A aquisição da participação societária no Grupo Zenda ocorreu no trimestre findo em 30 de junho de 2013, sendo concluída a aquisição do Grupo Seara em setembro de 2013, após as aprovações da transação pelos órgãos de defesa da concorrência no Brasil e na Europa. De acordo com o fato relevante publicado ao Mercado em 1 de outubro de 2013, o valor do Grupo Zenda e Grupo Seara foi fixado com valor-base em R\$ 5,85 bilhões através de assunção de dívidas da Marfrig Alimentos S.A. pela Companhia, sendo que para fins da negociação, os saldos das dívidas assumidas em Dólares Americanos foram convertidos pela taxa de câmbio de R\$ 2,1247. Adicionalmente, o preço da aquisição poderá sofrer reajuste em razão dos itens do capital de giro a serem verificados pela Companhia na data do fechamento da operação, conforme abaixo:

(i) Ajuste do capital de giro do Grupo Zenda e Grupo Seara: o contrato firmado em junho de 2013 prevê um mecanismo de avaliação e confirmação do capital de giro do Grupo Zenda e do Grupo Seara. Se após tal avaliação e confirmação for determinado que o capital de giro do Grupo Zenda e Grupo Seara é maior do que o capital de giro declarado no dia do fechamento da operação, a Companhia terá que assumir dívidas da Marfrig Alimentos S.A. no montante dessa diferença positiva. Caso o capital de giro no dia do fechamento da operação seja menor que o capital de giro declarado no dia do fechamento, a Marfrig Alimentos S.A. terá que reembolsar a Companhia dessa diferença.

(ii) Ajuste do saldo atualizado até 30 de setembro de 2013 das dívidas assumidas pela Companhia: Em 30 de setembro de 2013, a Marfrig Alimentos S.A. havia apresentado para a Companhia saldo parcial das dívidas assumidas, sendo tal saldo atualizado objeto de confirmação, e eventuais diferenças a maior ou a menor serão acertadas entre as partes no mesmo momento do ajuste do capital de giro descrito acima. Conforme descrito acima, o preço total pago pela Companhia (via assunção de dívidas) está sujeito a ajustes em razão da verificação do capital de giro do Grupo Zenda e do Grupo Seara, e do saldo atualizado até 30 de setembro das dívidas assumidas pela Companhia, ajustes estes que serão informados pela Companhia no fechamento da operação. Considerando as informações que a Companhia possui, o valor atualizado das assunções à taxa de R\$ 2,1247 é de R\$ 5,96 bilhões.

Conciliação das dívidas assumidas (expresso em R\$ milhões):

	Dívidas 2,1247 Balanco 30.06 - Zenda	Dívidas convertidas pela taxa efetiva da entrada:
	Balanco 30.09 - Seara	
Assunção de dívidas Marfrig Alimentos S.A. para Companhia ⁽¹⁾ :	3.602	3.899
Assunção de dívidas Marfrig Alimentos S.A. registradas no Grupo Seara ⁽²⁾ :	2.221	2.251
Assunção de dívidas Marfrig Alimentos S.A. registradas no Grupo Zenda:	137	143
	5.960	6.293

⁽¹⁾ - Para a assunção de dívidas, a Companhia ainda incorreu em custos de transação no montante de R\$ 4,6 milhões que compuseram o custo de aquisição. Ainda, conforme descrito, a Companhia possui o prazo de 90 dias a contar da data do fechamento da operação para ajustar o preço da

⁽²⁾ - Composto por R\$ 2.310 milhões de empréstimos, mais dívida Marfrig Alimentos S.A. x BRF no montante de R\$ 201 milhões, menos ACE no montante de R\$ 260 milhões.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia refletem as aquisições do Grupo Zenda (composto pela holding Columbus) e Grupo Seara (composto pelas holdings JBS Foods, Seara Holding e Baumhardt) que estão contabilizadas como uma aquisição em conformidade com IFRS 3 (R)/CPC 15 R1, conforme descrito abaixo em “Combinação de Negócios”.

Devido ao fato das participações nos referidos investimentos não terem sido consolidadas no exercício comparativo de 31 de dezembro de 2012 e estarem consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para fins de comparabilidade, abaixo segue balanço e demonstração de resultado "pró-forma", excluindo os saldos contábeis das participações consolidadas em 31 de

dezembro de 2013, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade.

Balço Patrimonial - Consolidado (em R\$ mil):

	31.12.13			31.12.12	
	Consolidado	Assunção de dívidas ⁽¹⁾	Grupo Seara Grupo Zenda	Pró-forma Consolidado	Consolidado
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	9.013.147	-	147.466	8.865.681	5.383.087
Contas a receber de clientes	8.919.926	-	1.235.044	7.684.882	5.688.648
Estoques	6.904.616	-	851.507	6.053.109	5.182.187
Ativos biológicos	1.916.246	-	681.769	1.234.477	1.153.933
Imposto a recuperar	3.152.981	-	582.486	2.570.495	2.349.613
Outros ativos circulantes e não circulante	2.569.455	-	791.586	1.777.869	1.824.253
Investimentos em coligadas	277.571	-	-	277.571	258.620
Imobilizado	20.940.616	-	3.061.817	17.878.799	16.207.640
Intangível	14.975.663	1.417.147	1.502.928	12.055.588	11.708.212
TOTAL DO ATIVO	68.670.221	1.417.147	8.854.603	58.398.471	49.756.193
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Fornecedores	5.342.388	-	941.904	4.400.484	3.564.270
Empréstimos e financiamentos	32.761.341	3.608.534	2.383.236	26.769.571	20.488.944
Obrigações fiscais, trabalhistas, sociais e impostos diferidos	4.586.069	-	580.655	4.005.414	3.085.881
Outros passivos circulantes e não circulantes	2.847.169	-	2.748.993	98.176	1.183.792
Patrimônio líquido	23.133.254	(2.191.387)	2.199.815	23.124.826	21.433.306
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.670.221	1.417.147	8.854.603	58.398.471	49.756.193

⁽¹⁾ - Assunção de dívidas e apuração do ágio conforme detalhado na nota explicativa 4, item 4.6 da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2013.

Demonstração de resultado - Consolidado (em R\$ mil):

	Consolidado 31 de dezembro de 2013	Grupo Seara Trimestre findo em 31 de dezembro de 2013	Grupo Zenda Semestre findo em 31 de dezembro de 2013	Pró-forma Consolidado 31 de dezembro de 2013	Consolidado 31 de dezembro de 2012
Receita líquida	92.902.798	2.464.367	240.002	90.198.429	75.696.710
Custo dos produtos vendidos	(81.056.088)	(1.952.961)	(229.921)	(78.873.206)	(67.006.886)
LUCRO BRUTO	11.846.710	511.406	10.080	11.325.224	8.689.824
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(7.782.192)	(455.573)	(29.812)	(7.296.807)	(5.935.129)
Resultado financeiro líquido	(2.380.331)	(153.908)	216	(2.226.639)	(1.338.243)
Demais (despesas) receitas	84.086	-	-	84.086	(35.002)
Resultado de equivalência patrimonial	6.722	-	-	6.722	836
Imposto de renda e contribuição social	(656.670)	11.263	(2.568)	(665.365)	(619.396)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.118.325	(86.812)	(22.083)	1.227.220	762.890
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores	926.907	(86.454)	(22.083)	1.035.444	718.938
Participação dos acionistas não controladores	191.418	(358)	-	191.776	43.952
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.118.325	(86.812)	(22.083)	1.227.220	762.890

Combinação de Negócios

Conforme descrito acima o preço foi fixado com valor-base em R\$ 5,85 bilhões nos termos de fechamento, através de assunção de dívidas da Marfrig Alimentos S.A. pela JBS, sendo que o custo total assumido pela Companhia para aquisição de tais investimentos foi no montante de R\$ 3,609 bilhões, conforme detalhado abaixo:

Detalhamento do custo de aquisição (expresso em R\$ milhões):

(+) Assunção de dívidas Marfrig Alimentos S.A. pela Companhia	3.899
(+) Custos incorridos nas assunções	5
(-) Créditos com partes relacionadas cedidos	(295)
(=) Custo de aquisição dos investimentos	3.609

Os seguintes valores justos foram determinados em uma base preliminar e revisados pela Companhia na data do balanço de aquisição, e serão objeto de eventuais ajustes em prazo não superior a um ano em conformidade com IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os valores expressos abaixo representam 100% dos saldos das entidades, não considerando os percentuais de participação.

Em R\$ mil

ATIVO

	Grupo Seara			Grupo Zenda
	JBS Foods	Seara Holding	Baumhardt *	Columbus
	30.09.13	30.09.13	30.09.13	30.06.13
Caixa e equivalentes de caixa	94.176	1.429	5.945	29.193
Contas a receber de clientes	642.798	77.861	13.230	68.774
Estoques	701.314	41.293	4.540	126.584
Ativo biológico	662.669	-	-	-
Imposto a recuperar	470.083	18.091	2.083	37.661
Outros ativos circulantes e não circulantes	125.805	732.193	2.948	7.305
Imobilizado e Intangível	4.381.934	73	58.058	143.691
TOTAL DO ATIVO	7.078.779	870.940	86.804	413.207
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Fornecedores	900.216	118.502	11.448	29.658
Empréstimos e financiamentos	2.271.841	31.142	7.040	142.931
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	585.060	370	22.573	34.171
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.898.518	80.691	6.241	84.476
Patrimônio líquido	1.423.144	640.235	39.502	121.971
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.078.779	870.940	86.804	413.207

* Inclui participação direta e indireta da JBS na companhia Excelsior.

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Por se tratar de uma única negociação em que a Companhia adquiriu mais de uma participação societária, a Companhia optou por realizar a Combinação de Negócios em bases combinadas, segregando o total do valor pago de acordo com as premissas existentes na data de fechamento da operação e com base nas expectativas de rentabilidade futura de cada participação societária.

Dessa forma, abaixo apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle das adquiridas em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na referida combinação de negócio:

Em R\$ mil

	Grupo Seara			Grupo Zenda	Total
	JBS Foods	Seara Holding	Baumhardt	Columbus	
Total do valor pago através da assunção de dívidas	2.798.381	618.490	29.402	162.261	3.608.534
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.421.721	618.490	29.207	121.969	2.191.387
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	1.376.660	-	195	40.292	1.417.147

Alocação do preço de compra do negócio por Empresa:

JBS Foods (Grupo Seara) - Holding do Grupo Seara que possui as unidades de negócio de operações mais relevantes, como Seara Alimentos Ltda, Athena Alimentos Ltda e Frigorífico Mabella Ltda. O preço alocado corresponde a diferença entre o preço alocado nas demais empresas e o preço total do negócio, uma vez que a JBS Foods possui a maior parte da expectativa de rentabilidade futura gerada na operação.

Seara Holding (Grupo Seara) - Holding das operações no exterior da Seara - Seara Japan, Seara Singapore e Seara Food Europe, tendo o preço de compra alocado conforme o valor justo identificado dos ativos adquiridos.

Baumhardt (Grupo Seara) - Holding da Companhia Excelsior, sendo a aquisição total de participação, direta e indireta na Excelsior, de 64,57%, pelo preço de R\$ 29.402 conforme definido contratualmente.

Columbus (Grupo Zenda) - Holding do Grupo Zenda, tendo o preço de compra definido pelo seu valor de capital de giro apurado preliminarmente, sujeito a ajustes contratuais conforme já detalhado.

Alienação do investimento da LLC Lesstor

Em julho de 2013 a Companhia vendeu a totalidade da sua participação de 70% da empresa LLC Lesstor, pelo montante de USD 9.130 mil (R\$ 21.388 mil) na data do recebimento, tendo apurado um resultado na operação, conforme abaixo (registrado sobre a rubrica de outras receitas e despesas na demonstração do resultado):

R\$ mil	Saldo em 31.07.13
INVESTIMENTO	15.921
ÁGIO SOBRE INVESTIMENTO	13.461
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTO	(5.878)
VALOR RECEBIDO	21.029
RESULTADO DA OPERAÇÃO - PERDA	(2.475)

Aquisição da Capital Joy

Em julho de 2013 a subsidiária JBS Holding GMBH adquiriu 60% das ações da Capital Joy através de sua subsidiária direta e integral JBS Holding Inc, pelo valor total de USD 12.973 mil (R\$ 30.391 mil).

Os seguintes valores justos foram determinados em uma base preliminar e revisados pela Companhia na data do balanço de aquisição, e serão objeto de eventuais ajustes em prazo não superior a um ano em conformidade com IFRS 3 (R)/CPC 15 R1.

Em R\$ mil

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	480
Contas a receber de clientes	69.812
Estoques	2.237
Despesas antecipadas	991
TOTAL DO ATIVO	73.520
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Fornecedores	34.757
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	279
Outros passivos circulantes e não circulantes	541
Patrimônio líquido	37.943
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.520

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em

relação a 60% do patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total do valor pago	30.391
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	22.766
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	7.625

Aquisição da Agil

Em junho de 2013 a subsidiária JBS Aves adquiriu a totalidade das ações da empresa Agil, pelo valor total de R\$ 2.386 mil. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sob a rubrica de Débitos com terceiros para investimento.

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro de 2013:

Em R\$ mil

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	566
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.881
Imobilizado e Intangível	2.387
TOTAL DO ATIVO	4.834
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Outros passivos circulantes e não circulantes	2.495
Patrimônio líquido	2.339
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.834

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total de Débitos com terceiros para investimento	2.386
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.339
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	47

Compra de ativos Ana Rech

Em junho de 2013 a subsidiária JBS Aves adquiriu a Unidade Industrial localizada em Ana Rech - RS (unidade frigorífica de suínos e granjas), os ativos biológicos e o imóvel denominado Granja André da Rocha, localizado em Nova Prata - RS.

Aquisição e incorporação da Agrovêneto

Em março de 2013 a subsidiária JBS Aves adquiriu a totalidade das ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos (Agrovêneto), localizada no município de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina, a qual tem atividades operacionais similares à JBS Aves.

Em maio de 2013 a JBS Aves incorporou sua subsidiária integral, Agrovêneto, em um processo de simplificação da estrutura societária do grupo econômico, maior eficiência administrativa e redução dos custos incidentes sobre operações. A incorporação não implicou em aumento do capital social ou emissão de novas ações pela JBS Aves.

Com relação aos ganhos esperados com a incorporação da Agrovêneto, a JBS Aves espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com a redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administração, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro:

Em R\$ mil

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	11.030
Contas a receber de clientes	30.793
Estoques e Ativos biológicos	30.355
Imposto a recuperar	110.964
Outros ativos circulantes e não circulantes	4.439
Imobilizado e Intangível	77.216

TOTAL DO ATIVO

264.797

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	25.994
Empréstimos e financiamentos	53.295
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	10.845
Outros passivos circulantes e não circulantes	111.951
Patrimônio líquido	62.712

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

264.797

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

O valor do negócio, que ocasionou a incorporação da Agrovêneto pela JBS Aves, foi realizado pelo montante de R\$ 108.564 mil, correspondente a incorporação de 100% do patrimônio líquido da incorporada. O valor pago está fundamentado pelo valor econômico da Agrovêneto na data da operação, e o ágio total (excesso) gerado foi de R\$ 45.852 mil, como segue na tabela abaixo:

Em R\$ mil

Resumo da operação de alocação do ágio

Valor investido na Agrovêneto	108.564
Patrimônio Líquido da Agrovêneto em 31 de março de 2013	62.712
Ágio gerado na operação	45.852

Para fins de alocação do ágio, nos termos do CPC 15 (R1), foram apuradas mais valias referentes ao grupo intangível. Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme CPC 15 (R1). O cálculo do ágio por rentabilidade futura (goodwill), após a alocação das mais valias geradas às determinantes contas do ativo que as originaram, encontra-se apresentado abaixo:

Em R\$ mil

Ágio gerado na operação	45.852
(-) Valor justo de marcas e patentes	(5.165)
(-) Valor justo de carteiras de clientes	(4.948)
(-) Valor justo de canais de distribuição	(2.121)
Ágio residual (Goodwill)	33.618

A parcela do ágio após as alocações supramencionadas foi registrada como "Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura", para fins contábeis, o qual não é amortizável, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade (teste de impairment) para atendimento ao CPC 01.

Aquisição de ativos da XL Foods

Em abril de 2013, a subsidiária JBS USA, concluiu a aquisição dos Ativos da XL Foods, pelo valor total de USD 110.528 mil (R\$ 258.923 mil).

Para fins contábeis, e em conformidade com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1, a alocação do preço de compra dos referidos ativos e passivos assumidos foi realizada em bases combinadas, uma vez que tais ativos foram adquiridos de um vendedor comum.

A JBS USA continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de dezembro de 2013:

Em R\$ mil

ATIVO	
Estoques	40.009
Imposto a recuperar	9.291
Outros ativos circulantes e não circulantes	326
Imobilizado e Intangível	338.903
TOTAL DOS ATIVOS ADQUIRIDOS	388.529
PASSIVO	
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	43.669
Outros passivos circulantes e não circulantes	3.072
TOTAL DOS PASSIVOS ASSUMIDOS	46.741
VALOR JUSTO DOS ATIVOS ADQUIRIDOS MENOS PASSIVOS ASSUMIDOS	341.788

Apuração do ganho proveniente de compra vantajosa:

Abaixo, apresentamos o ganho proveniente de compra vantajosa que corresponde ao excesso do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação ao preço de compra agregado, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	258.923
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	341.788
Ganho de compra vantajosa ⁽¹⁾	82.865

⁽¹⁾ - Para fins de demonstração do ganho de compra vantajosa, o valor do ganho apurado em moeda de origem é de US\$ 35 milhões convertido pela taxa final do dólar de R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013.

Conclusão da Aquisição dos Ativos do Frigorífico Independência

Em janeiro de 2013 a Companhia concluiu a aquisição dos Ativos do Independência.

A aquisição foi realizada mediante a alienação de 22.987.331 ações ordinárias de emissão da Companhia, que estavam mantidas em tesouraria.

A Companhia avaliou os impactos da operação e a alocação do preço de compra é apresentada a seguir. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos adquiridos em 31 de dezembro de 2013:

Em R\$ mil

ATIVO	
Imobilizado	135.001
TOTAL DO ATIVO	135.001
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Patrimônio líquido	135.001
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.001

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Em R\$ mil

Total do valor pago	197.005
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	135.001
Valor do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	62.004

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

i) Normas, alterações e interpretações de normas com adoção inicial em 1 de janeiro de 2013:

• **IFRS 11 - "Acordos em conjunto"**, em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 694 que aprova a CPC 19 (R2) "Negócios conjuntos" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11. A principal alteração introduzida por essa norma é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture.

A Companhia avaliou essa norma e identificou que trará impactos não materiais dado a desconsolidação da Meat Snacks Partner do Brasil Ltda. (MSP), cuja participação da Companhia é de 50%, conforme contexto operacional. Para fins de embasamento e informações adicionais, em 31 de dezembro de 2012, 50% dos ativos da MSP representavam 0,04% dos ativos consolidados, 50% dos passivos da MSP representavam 0,02% dos passivos consolidados, 50% do patrimônio líquido representava 0,33% dos investimentos da Companhia, e 50% do lucro líquido da MSP representava 0,79% do lucro líquido da Companhia.

• **IAS 19 - "Benefícios a Empregados"**, em 13 de dezembro de 2012, a CVM publicou a Deliberação 695 que aprova a CPC 33 (R1) "Benefícios a empregados" e que incorporou as mudanças do IAS 19 alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são os seguintes:

- eliminação da possibilidade de utilização do "método do corredor" (permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano);
- reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em "outros resultados abrangentes" conforme ocorram. Esses valores não serão levados para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes;
- reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e
- substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A Administração avaliou essa norma e o efeito em outros resultados abrangentes seria de aproximadamente R\$ 90 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e dessa

forma, devido a não representatividade do saldo, os saldos relativos aos períodos comparativos às demonstrações contábeis intermediárias não foram ajustados, sendo a aplicação da norma tratada de forma prospectiva.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração entende que não houveram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houveram ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores da Companhia com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

10.5 Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A administração da Companhia adota práticas contábeis críticas com o objetivo de descrever sua situação e resultados financeiros. A determinação destas práticas exigem que a administração faça julgamentos difíceis, subjetivos e complexos sobre questões relevantes e cujas incertezas são inerentes. Na medida em que aumentam o número de variáveis e premissas relativas a tais questões incertas e futuras, estas determinações tornam-se ainda mais subjetivas e complexas.

A administração da Companhia entende que, para a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e de acordo com os CPCs, a Companhia deve efetuar certos julgamentos e utilizar premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. A administração ainda ressalta que os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

As principais práticas contábeis consideradas na formação do julgamento e estimativas da administração sobre determinados eventos futuros relacionam-se: (a) às estimativas contábeis; (b) aos instrumentos financeiros; (c) aos investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures"); (d) ao intangível (e) aos ativos arrendados; (f) ao ativo biológico; (g) à provisão para ajuste ao valor recuperável; (h) aos ativos e passivos contingentes; (i) aos impostos diferidos; (j) aos benefícios a empregados; (k) à conversão de moedas estrangeiras; e (l) à apuração do resultado. Abaixo segue o detalhamento de cada uma destas práticas contábeis críticas:

a) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios
- valor justo de instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- perda no valor recuperável de ativos financeiros;
- ativo biológico; e

- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são "Caixa e Equivalente de caixa" e "Derivativos a receber".

ii) Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com empresas ligadas".

iii) Mantidos até o vencimento:

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

iv) Passivos financeiros não derivativos:

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

vi) Derivativos:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

c) Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência

significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

d) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i) Ágio decorrente de combinação de negócios:

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

e) Ativos arrendados

Os arrendamentos nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro, onde são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, os arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais, e são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

f) Ativo biológico

A Companhia possui atividades agrícolas tais como, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), desenvolvimento de avós e matrizes de aves e suínos destinadas à reprodução e, de desenvolvimento de aves e suínos destinados ao abate em período de maturação para corte.

A valorização é reconhecida no resultado do exercício, em linha específica da demonstração do resultado como receita bruta através do valor de mercado, nas operações de bovinos no Brasil, por ser possível mensurar de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

Os demais ativos biológicos estão substancialmente representados pelo seu custo de aquisição, mais a absorção de custos acumulada, devido ao curto ciclo de vida e a margem de rentabilidade ser substancialmente representativa apenas no processo de industrialização. Assim, estes são mantidos a custo e, àqueles destinados a reprodução, além de serem mantidos a custo são amortizados conforme sua capacidade de produzir novos ativos.

g) Provisão para ajuste ao valor recuperável

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". Quando não existe expectativa de recuperação do contas a receber, os valores provisionados são revertidos diretamente contra o ativo correspondente.

h) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

i) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

j) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida:

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido:

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

O passivo reconhecido com relação a esses planos é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustado por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

k) Conversão de moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável, e com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

Conforme evidenciado na nota explicativa "Arrendamento financeiro e operacional" da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2015, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Para os períodos findos em:		
2016	29.182	372.387
2017	18.729	335.243
2018	14.048	277.878
2019	14.016	375.237
Acima de 2020	55.591	294.405
Total	<u>131.566</u>	<u>1.655.150</u>

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras, ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

A Companhia estima que tais pagamentos serão convertidos no resultado, como despesa ao longo do período do arrendamento.

b. Natureza e o propósito da operação:

A Controladora possui contratos de arrendamento operacional de complexos industriais, curtumes e centros de distribuição nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

A JBS USA possui contratos de arrendamento operacional de armazéns, escritórios comerciais e instalações de manutenção de veículos nos Estados Unidos da América, bem como escritórios de marketing na Ásia, centros de distribuição e armazéns na Austrália. Adicionalmente, a JBS USA arrenda equipamentos, veículos de transporte rodoviário e outros ativos.

A Seara Alimentos através de sua controlada JBS Aves é arrendatária de unidades produtoras nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Vide item 10.6

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;**

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem investimentos relevantes previstos em plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos além dos investimentos para a manutenção dos ativos já pertencentes à Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos dos investimentos da Companhia são, principalmente, a sua própria geração de caixa operacional e captações de empréstimos e financiamentos junto à bancos comerciais e ao mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

- b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;**

Não existem aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que foram divulgadas e ainda não foram concluídas.

- c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais já gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desenvolvimento operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa sessão:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

ANEXO II
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Data-Base: 31.12.2015

(Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício:
O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 4.640.113.975,85 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta milhões, cento e treze mil, novecentos e setenta e cinco reais, oitenta e cinco centavos).
2. Informar o montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
A proposta da Administração é de que a Assembleia Geral aprove o pagamento do dividendo aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de março de 2016, imputado ao valor do dividendo obrigatório, no montante global de R\$ 1.102.027.069,27 (um bilhão, cento e dois milhões, vinte e sete mil, sessenta e nove reais, vinte e sete centavos) equivalentes a R\$ 0,39458 por ação ordinária, excetuando-se as ações em tesouraria.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:
Os R\$ 1.102.027.069,27 (um bilhão, cento e dois milhões, vinte e sete mil, sessenta e nove reais, vinte e sete centavos) representam 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, já deduzida à parcela destinada para a reserva legal.
4. Informar o montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:
A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe. O valor bruto de dividendos corresponde a R\$ 1.102.027.069,27 (um bilhão, cento e dois milhões, vinte e sete mil, sessenta e nove reais, vinte e sete centavos), sendo R\$ 0,39457892 por ação ordinária, excetuando-se as ações em tesouraria. A Companhia não possui juros sobre capital próprio.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio. O pagamento dos dividendos será efetuado em 28 de junho de 2016, no domicílio bancário fornecido pelo acionista ao Itaú Corretora de Valores S.A., instituição depositária das ações escriturais, não havendo a existência de juros sobre capital próprio a ser pago.
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. Não aplicável.
d) Data da declaração do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento. A data da declaração do pagamento dos dividendos será a data da AGO, 29 de abril de 2016, não havendo a existência de juros sobre capital próprio a ser pago.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

Não se aplica, em virtude da Companhia utilizar como base os lucros apurados em balanços anuais.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Lucro por ação:	Ordinárias (R\$)	Preferenciais (R\$)
2015	R\$ 1,66138 lucro líquido por ação	Não aplicável
2014	R\$ 0,70476 lucro líquido por ação	Não aplicável
2013	R\$ 0,32314 lucro líquido por ação	Não aplicável

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores.

2015		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	1.102.027.069,27	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável
2014		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	483.528.556,10	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável
2013		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais

Dividendos	220.140.456,17	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 232.005.698,79 (duzentos trinta e dois milhões, cinco mil, seiscentos noventa e oito reais, setenta e nove centavos) equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A reserva legal equivale a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme demonstrado a seguir em R\$:

	2015
Lucro líquido do exercício	4.640.113.975,85
Reserva legal - (5%)	232.005.698,79

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial a cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um

dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento). No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos serão pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção. Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos. Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos. Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva. Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.: Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável. Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva. Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar. Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva. Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

A Companhia constituiu reserva de lucros de investimentos conforme previsto no Estatuto Social em seu artigo 38, letra e: Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados à formação de reserva estatutária de investimentos, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

b) Identificar o montante destinado à reserva.

O montante de R\$ 3.312.892.272,92 (três bilhões, trezentos e doze milhões, oitocentos e noventa e dois mil, duzentos e setenta e dois reais, noventa e dois centavos) foi destinado à reserva estatutária de investimentos.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias foram destinados à formação de reserva para expansão, conforme cálculo abaixo em R\$:

Lucro líquido do exercício	4.640.113.975,85
Reserva legal (5%)	(232.005.698,79)
Base ajustada para cálculo dos dividendos	4.408.108.277,06
Dividendos obrigatórios (25%)	(1.102.027.069,27)
Realização da reserva de reavaliação	6.811.065,13
Saldo para destinação de reserva estatutária de investimento	3.312.892.272,92

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção. Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital: Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva. Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação. Não aplicável.

ANEXO III

(conforme itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Demetrius Nichele Macei
b. Data de Nascimento	26/12/1970
c. Profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	787.870.509-78
e. Cargo eletivo ocupado	Efetivo
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	5 (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Advogado (licenciado), Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor de Direito Tributário da graduação, especialização e mestrado da Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA). Professor convidado no Curso de Pós-graduação em Derecho Tributario na Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina e ex-professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	

	<p>2007) e da PUC/PR (2000-2006). Ocupou os cargos de Diretor Jurídico na JBS Argentina S/A, Gerente na Deloitte Auditores Independentes e ainda, assessor jurídico na OCEPAR e do Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela Fordham University, em Nova Iorque/EUA (2010). Publicou os livros “Tributação do Ato Cooperativo” e "A Verdade Material no Direito Tributário". Participa do Conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e é associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).</p> <p>Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A., Excelsior Alimentos S.A., Eldorado Brasil Celulose S.A. e Alpargatas S.A.</p>
<p>• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não integra o grupo econômico do emissor.</p>
<p>(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não ocupa nenhum cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>
<p>n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>(i) Qualquer condenação criminal</p>	<p>Não</p>
<p>(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não</p>
<p>(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não</p>
<p>12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de</p>	

Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Percentual de Participação
Demetrius Nichele Macei	100% (7 de 7)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Florisvaldo Caetano de Oliveira
b. Data de Nascimento	08/05/1952
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	098.272.341-53
e. Cargo eletivo ocupado	Efetivo
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	9 - (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)
m. Informações sobre:	
(iii) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Técnico em Contabilidade pelo Colégio La Salle de Brasília/DF. Administrou a Empresa Rigor 65 Comércio e Distribuição de Produtos de Higiene e Limpeza (1998 - 2006) e a Empresa Transportadora Santos Dumont Ltda. (1999 - 2002). Administra o Escritório de Contabilidade F.F. Ltda. desde dezembro de 2004.
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não integra o grupo econômico do emissor.
(iv) Indicação de todos os cargos de	Administra o Escritório de Contabilidade F.F.

administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Ltda.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(iv) Qualquer condenação criminal	Não
(v) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
(vi) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.	
Nome	Percentual de Participação
Florisvaldo Caetano de Oliveira	100% (7 de 7)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	José Paulo da Silva Filho
b. Data de Nascimento	14/04/1963
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	386.730.294-49
e. Cargo eletivo ocupado	Efetivo
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	2 (2014 e 2015)
m. Informações sobre:	
(v) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	<p>Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 17 anos como auditor independente e mais de 10 anos como diretor nas áreas de administração e finanças, onde atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS S.A. (2009 – 2011) e da J&F Investimentos S.A. (2012 - 2014), holding do Grupo JBS.</p> <p>Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A. e Alpargatas S.A.</p>
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não integra o grupo econômico do emissor.
(vi) Indicação de todos os cargos de	Não ocupa nenhum cargo de administração

administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(vii) Qualquer condenação criminal	Não
(viii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
(ix) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.	
Nome	Percentual de Participação
José Paulo da Silva Filho	100% (7 de 7)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Antonio da Silva Barreto Junior
b. Data de Nascimento	13/02/1984
c. Profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	003.245.181-45
e. Cargo eletivo ocupado	Suplente
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	1 (2015)
m. Informações sobre:	
(vii) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	<p>Graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, trabalhando em uma boutique de investimentos em operações de M&A e Private Equity. Em 2009, trabalhando em um Fundo de Private Equity Americano, assumiu a posição em uma empresa investida no setor de Energia Renovável (Etanol e Biodiesel) de Gerente de Novos Negócios.</p> <p>Está no Grupo J&F desde 2010, quando começou como Gerente Financeiro da Eldorado Brasil Celulose S.A., empresa de celulose do grupo, e atualmente ocupa o cargo de Gerente Financeiro da J&F Investimentos S.A.</p> <p>Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S.A., membro</p>
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	

	suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A., e Alpargatas S.A.; e membro suplente do Conselho de Administração da Eldorado Brasil Celulose S.A.
<ul style="list-style-type: none"> • Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	Não integra o grupo econômico do emissor.
(viii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor sem designação específica da J&F Investimentos S.A.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(x) Qualquer condenação criminal	Não
(xi) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
(xii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.	
Nome	Percentual de Participação
Antonio da Silva Barreto Junior	0% (0 de 7)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Sandro Domingues Raffai
b. Data de Nascimento	02/01/1965
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	064.677.908-71
e. Cargo eletivo ocupado	Suplente
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	9 (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)
m. Informações sobre:	
(ix) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Graduado em Contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz e pós-graduado pela Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP em Gestão Tributária. Desde 2006 atua como assistente de controladoria do Escritório de Contabilidade F.F. Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A., Excelsior Alimentos S.A., Eldorado Brasil Celulose S.A. e Alpargatas S.A.
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não integra o grupo econômico do emissor.
(x) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa nenhum cargo de administração em outras sociedades organizações do terceiro setor.

n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(xiii) Qualquer condenação criminal	Não
(xiv) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
(xv) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.	
Nome	Percentual de Participação
Sandro Domingues Raffai	0% (0 de 7)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Marcos Godoy Brogiato
b. Data de Nascimento	19/09/1968
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	949.583.438-49
e. Cargo eletivo ocupado	Suplente
f. Data de eleição	29/04/2016
g. Data da posse	Até 29/05/2016
h. Prazo do mandato	até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	9 (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015)
m. Informações sobre:	
(xi) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Técnico em Contabilidade e graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC.
• Nome e setor de atividade da empresa	Foi funcionário do Grupo Bordon (1973 - 2001), sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (1996 - 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (1998 - 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. Entre 2001 e 2006 prestou serviços de assessoria para o Grupo Bordon e, desde então, coordena a contabilidade de empresa vinculada ao grupo.
• Cargo	Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A., Excelsior Alimentos S.A. e Alpargatas S.A.
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação,	Não integra o grupo econômico do emissor.

direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
(xii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa nenhum cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(xvi) Qualquer condenação criminal	Não
(xvii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
(xviii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.	
Nome	Percentual de Participação
Marcos Godoy Brogiato	0% (0 de 7)

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não estão sendo eleitos membros dos comitês existentes na Companhia.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não estão sendo eleitos membros dos comitês existentes na Companhia.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não existem relações dessas naturezas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

O Sr. Demetrius Nichele Macei é membro efetivo do Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A. e da Excelsior Alimentos S.A.

O Sr. Florisvaldo Caetano de Oliveira é membro efetivo do Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A. e da Excelsior Alimentos S.A.

O Sr. José Paulo da Silva Filho é membro efetivo do Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A.

b. controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Demetrius Nichele Macei é membro efetivo do Conselho Fiscal da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Alpargatas S.A.

O Sr. Florisvaldo Caetano de Oliveira é membro efetivo do Conselho Fiscal da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Alpargatas S.A.

O Sr. José Paulo da Silva Filho é membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A.

O Sr. José Paulo da Silva Filho atuou como Diretor de Administração e Controle da J&F Investimentos S.A. (2012 - 2014).

O Sr. Antonio da Silva Barreto é Diretor sem designação específica da J&F Investimentos S.A.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existem relações dessa natureza mantidas nos três últimos exercícios sociais, entre os candidatos a membro do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

ANEXO IV

(conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

Item 13 do Formulário de Referência

Remuneração dos administradores

Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$14,0 milhões.

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês da Companhia, assim como os membros do Conselho Fiscal, recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e participação nos resultados. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem remuneração por cada reunião de que participem. A remuneração dos membros de comitês da Companhia não é composta por outros elementos para além da remuneração fixa. Portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Por sua vez, a remuneração da diretoria estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde. A parte variável é paga como participação nos resultados da Companhia, bem como a remuneração baseada em ações, conforme descrito no item 13.4 da Proposta de Administração..

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, haja vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um valor fixo mensal. A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada para 2015 em relação à remuneração total é de 41,69 % de remuneração variável e 58,31% remuneração fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia de cálculo específico para cada um dos elementos da remuneração.

A remuneração fixa mensal da diretoria estatutária é reajustada, em todos os exercícios sociais, de acordo com os percentuais dos acordos coletivos. Os salários dos conselheiros de administração não foram reajustados para o exercício de 2014, sendo que os salários dos conselheiros fiscais foram ajustados de forma a atender ao disposto no Artigo 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º no qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O plano de saúde da diretoria concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

O plano de remuneração baseada em ações, concedido aos membros da Diretoria Executiva da Companhia possui uma metodologia de cálculo própria conforme descrito no item 13.4 da Proposta de Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Um dos membros do Conselho de Administração da Companhia não faz jus a remuneração. A Companhia acatou uma solicitação do próprio conselheiro, que quando eleito manifestou solicitação nesse sentido.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o alcance de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360° onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração da diretoria estatutária é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia e uma avaliação individual, modelo 360°, na qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1 b) alínea “i” acima, a política de remuneração, com componente fixo e componente variável, visa ao incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A totalidade da remuneração paga aos Administradores é realizada de forma direta pela Companhia, inclusive no caso de subsidiárias ou controladas, não havendo membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou da Diretoria que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de

determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

A Companhia não possui qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal¹:

2016 (prevista)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8	4	4	16
Número de membros remunerados	7	4	4	15
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	1.680.000,00	4.858.749,91	485.874,99	7.024.624,90
Benefícios diretos e indiretos		1.255.098,08		1.255.098,08
Remuneração por participação em Comitês		-		
Outros	336.000,00	1.288.399,71	97.175,00	1.721.574,71
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R\$ 1.147.775,27) e Plano de saúde (R\$ 140.624,44)	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus				-
Participação nos resultados		2.500.000,00		2.500.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.-	-
Remuneração Total (em R\$)	2.016.000,00	12.402.247,70	583.049,99	15.001.297,69

2015	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,25	4	4	16,25
Número de membros remunerados	7,25	4	4	14
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	1.740.000,00	4.576.394,07	390.399,84	6.706.793,91
Benefícios diretos e indiretos		1.216.145,41		1.216.145,41
Remuneração por participação em Comitês		-		
Outros	348.000,00	1.199.954,38	78.079,97	1.626.034,35
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R\$1087454,83) e Plano de saúde (R\$ 112499,55)	Encargos INSS	

Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus				-
Participação nos resultados		2.500.000,00		2.500.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-
Remuneração Total (em R\$)	2.088.000,00	11.992.493,86	468.479,81	14.548.973,67

2014	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9	4,0	4	17
Número de membros remunerados	8,25	4	4	16
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				

Salário ou pró-labore	1.980.000,00	4.371.676,48	390.399,84	6.742.076,32
Benefícios diretos e indiretos		1.135.740,17		1.135.740,17
Remuneração por participação em Comitês		-		
Outros	396.000,00	1.077.945,59	78.079,97	1.552.025,56
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R\$ 1.005.485,59) e Plano de saúde (R\$ 72.460,00)	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus		-		-
Participação nos resultados		1.300.000,0		1.300.000,0
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-
Remuneração Total (em R\$)	2.376.000,00	7.885.362,24	468.479,81	10.729.842,05

2013	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,7	4,0	4,3	18,0
Número de membros remunerados	9,25	4	4,3	18,0
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	2.220.000,0	5.238.632,60	422.933,20	7.881.565,80
Salário ou pró-labore	2.220.000,0	4.088.875,20	422.933,20	6.731.808,40
Benefícios diretos e indiretos		1.077.297,40		1.149.757,40
Remuneração por participação em Comitês		-		
Outros	444.000,00	1.029.256,80	84.586,64	-
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R\$ 868.158,64) e Plano de saúde (R\$ 72.460,00)	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus				-
Participação nos resultados		1.300.000,00		1.300.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-
Remuneração Total (em R\$)	2.664.000,0	7.495.429,40	507.519,84	10.666.949,24

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta pelo plano de participação no resultados, que leva em consideração o lucro líquido da Companhia, além de um processo de avaliação de desempenho modelo 360° onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

Dessa forma, o valor mínimo de remuneração variável que os diretores da Companhia podem receber é zero, uma vez que é baseado no lucro líquido da Companhia, além de um processo de avaliação de desempenho modelo 360° onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade, conforme acima mencionado.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 (“Plano”), e será administrado pelo Conselho de Administração, que terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Dentro da competência acima, caberá ao Diretor Presidente toda e qualquer deliberação acerca do Plano e os poderes específicos e necessários para:

- (i) Selecionar os colaboradores elegíveis a quem serão outorgadas as opções, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no Plano;
- (ii) Definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de opções e a forma de distribuição destas entre os colaboradores elegíveis, o preço de exercício das opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;
- (iii) Definir o período de Vesting, podendo, inclusive, não aplicar qualquer período de Vesting (especialmente quando se tratar de hiring bônus);
- (iv) Prorrogar, de forma genérica ou conforme o caso, o prazo final para o exercício das opções em vigor;
- (v) Modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis; e
- (vi) firmar os Contratos de Opção com os participantes do Plano, bem como os Contratos de Subscrição de Ações e eventuais aditivos, quando necessário

A implementação e o gerenciamento do Plano dentro das diretrizes estabelecidas e segundo as deliberações do Conselho de Administração serão atribuídas ao Diretor Presidente da Companhia. Todos os atos praticados pelo Diretor Presidente da Companhia na execução das atividades acima deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, exceto aquelas realizadas de acordo com as atribuições do Diretor Presidente da Companhia descritas acima.

As ações objeto do Plano são ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia, nos limites do capital autorizado, e não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do capital social da

Companhia, observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

São elegíveis para participar do Plano os administradores e colaboradores da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (“Controladas”) que ocupem as seguintes funções: Estatutários e Executivos. Os Estatutários e Executivos são indicados pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o Diretor Presidente é indicado pelos membros do Conselho de Administração.

Também são elegíveis os colaboradores da Companhia e de suas Controladas que, a critério do Diretor Presidente da Companhia (“Colaborador Elegível”), tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia (“Colaboradores-Chave”).

Em qualquer das hipóteses acima, para se tornar Participante do Plano, o Colaborador Elegível deverá ser formalmente indicado pelo Diretor Presidente da Companhia, que determinará, ainda, a quantidade, prazo e preço das ações a serem outorgadas.

Profissionais que prestam serviços sem vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas Controladas não serão elegíveis para receber qualquer Opção por meio deste Plano.

O Diretor Presidente da Companhia poderá dispensar tratamento diferenciado a Colaboradores Elegíveis e/ou participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a quaisquer outros Participantes eventual condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinado(s) participante(s).

Nenhuma disposição deste Plano conferirá quaisquer direitos aos seus beneficiários relativos a garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas Controladas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas Controladas de, consoante as condições legais e as decorrentes do contrato de trabalho, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Nenhuma disposição do Plano, conferirá, ainda, a qualquer titular de Opções, direitos concernentes à sua permanência no cargo de Diretor até o término do Mandato respectivo, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas Controladas de destituí-lo a qualquer tempo, nem assegurará o direito à reeleição para o cargo.

Cada Colaborador Elegível que se tornar participante do Plano deverá a ele aderir expressamente, mediante declaração escrita aos termos do mesmo, sem qualquer ressalva, obrigando-se ao cumprimento de todos os dispositivos ora estabelecidos.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo estabelecer regras para que determinados colaboradores da Companhia possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de opção de compra de ações.

O Plano visa despertar em tais colaboradores o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que determinados colaboradores chave da Companhia se tornem acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando os lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a Companhia. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia entende que o Plano não consiste em remuneração, mas instrumento de incentivo de longo prazo dos seus colaboradores chave, pois visa despertar em tais colaboradores o senso de propriedade e envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, fazendo-os participar do risco do negócio.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha com os interesses dos administradores e da Companhia na medida em que visa despertar nos administradores e empregados participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

Ademais, as outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses em diferentes momentos. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os beneficiários do Plano se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que as opções, quando outorgadas, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano, o que demonstra o comprometimento dos administradores e empregados.

f. Número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano, observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as opções outorgadas com base no Plano, bem como as ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos participantes em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

g. Número máximo de opções.

O Plano estabelece como limite um número máximo de opções que resulte em uma diluição de 2% do capital social da Companhia observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

h. Condições de aquisição de ações:

O Diretor Presidente da Companhia estabelecerá os critérios de outorga das Opções, definindo livremente quais os colaboradores participantes, assim como a quantidade Opções a que cada um terá direito. Serão consideradas a importância e essencialidade da função exercida, a potencialidade do Participante, o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia.

O Diretor Presidente da Companhia não estará obrigado a atribuir a condição de Participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria de Colaboradores Elegíveis, sendo-lhe, facultado, ainda, em relação a dois ou mais Participantes de uma mesma categoria, atribuir quantidades diferentes de Opções.

A Outorga de Opções ao Diretor Presidente será realizada exclusivamente pelo Conselho de Administração, sendo certo que caberá ao referido órgão o estabelecimento dos critérios dessa

outorga, incluindo, mas não se limitando à quantidade Opções a que o Diretor Presidente terá direito, o Vesting das Opções, o valor das Opções e as demais atribuições.

O Participante que desejar exercer suas Opções deverá comunicar à Companhia, por escrito, sua intenção, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Diretor Presidente da Companhia.

Uma vez comunicada à Companhia, o efetivo exercício das Opções ocorrerá sempre por ocasião das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, únicas datas nas quais as Opções poderão ser exercidas.

O Diretor Presidente poderá determinar a suspensão do direito de exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte de colaboradores e administradores da Companhia.

O exercício da Opção será formalizado mediante celebração de Contrato de Subscrição de Ações, conforme o caso, entre o participante e a Companhia, ou qualquer outro documento que venha a ser determinado pelo Diretor Presidente da Companhia, o qual conterà a quantidade de ações adquiridas ou subscritas, o preço do exercício e as condições de pagamento aprovadas pelo Conselho de acordo com os Contratos de Opção.

Nenhum participante terá quaisquer direitos ou privilégios de acionista da Companhia até que as Opções sejam devidamente exercidas e as Ações objeto das Opções sejam subscritas nos termos acima.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O valor das Opções e a forma de pagamento, pelo Participante, para sua outorga será estabelecido em cada Contrato de Subscrição de Ações celebrado entre o Participante e a Companhia, podendo ser utilizada, dentre outras, a metodologia “Black & Scholes”.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Os critérios para fixação do prazo para exercício das Opções será estabelecido em cada Contrato de Subscrição de Ações celebrado entre o Participante e a Companhia.

Observadas as quantidades e prazos estabelecidos no Plano, as Opções outorgadas deverão ser exercidas pelos Participantes até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses a contar da Data de Outorga, quando se extinguirão para todos os efeitos.

O Diretor Presidente tem competência para prorrogar o prazo máximo para exercício das Opções em vigor de forma individual ou genericamente a todos os Participantes.

k. Forma de liquidação:

A forma de pagamento, pelo Participante, para sua outorga será estabelecido em cada Contrato de Subscrição de Ações celebrado entre o Participante e a Companhia.

l. Restrições à transferência das ações:

As Opções outorgadas aos Participantes, decorridos ou não os prazos de reserva de direito, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do Participante, tal como tratadas neste Plano.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Compete à Assembleia Geral da Companhia, mediante proposta do Diretor Presidente da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração modificar, suspender ou extinguir o presente Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Em caso de desligamento voluntário do participante ou desligamento do participante por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, este poderá exercer as opções que não tenham sido exercidas até à data do desligamento, respeitadas as regras de reserva de direito, em no máximo 30 dias do desligamento.

Na hipótese de desligamento do participante por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, elas ou não aptas para exercício segundo as regras de reserva de direito, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que é composta exclusivamente por uma remuneração fixa.

Relativamente à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Diretoria Estatutária, segue abaixo as informações:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Programa 2015

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4
c. número de membros remunerados	3
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	Maió/2015
ii. quantidade de opções outorgadas	208.335
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos, 1/3 a cada ano.
iv. prazo máximo para exercício das opções	3 anos
v. prazo de restrição à transferência das ações	10 anos a contar da liberação das opções
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	O preço de exercício global de todas as opções outorgadas, inclusive aos executivos não estatutários, é de R\$ 3,00 (três reais) pelo lote global a ser exercido por ano.
• em aberto no início do exercício social	208.335
• perdas durante o exercício social	0
• exercidas durante o exercício social	0
• expiradas durante o exercício social	0
e. valor justo das opções na data de cada outorga	12,00
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,007292%

Programa 2014

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4
c. número de membros remunerados	3

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	Mai/14
ii. quantidade de opções outorgadas	251.656
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos, 1/3 a cada ano.
iv. prazo máximo para exercício das opções	3 anos
v. prazo de restrição à transferência das ações	10 anos a contar da liberação das opções
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	O preço de exercício global de todas as opções outorgadas, inclusive aos executivos não estatutários, é de R\$ 1,00 (um real) pelo lote global a ser exercido por ano.
• em aberto no início do exercício social	167.771
• perdidas durante o exercício social	0
• exercidas durante o exercício social	83.885
• expiradas durante o exercício social	0
e. valor justo das opções na data de cada outorga	7,55
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,005873%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Programa 2014

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4
c. número de membros remunerados	3
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	Mai/14
ii. quantidade de opções outorgadas	251.656
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos, 1/3 a cada ano.
iv. prazo máximo para exercício das opções	3 anos
v. prazo de restrição à transferência das ações	10 anos a contar da liberação das opções
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um	O preço de exercício global de todas

dos seguintes grupos de opções	as opções outorgadas, inclusive aos executivos não estatutários, é de R\$ 1,00 (um real) pelo lote global a ser exercido por ano.
• em aberto no início do exercício social	251.656
• perdidas durante o exercício social	0
• exercidas durante o exercício social	0
• expiradas durante o exercício social	0
e. valor justo das opções na data de cada outorga	7,55
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,008809%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013: Não houve programa de outorga de opções no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Programa 2015

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4
c. número de membros remunerados	3
d. em relação às opções ainda não exercíveis:	
i. quantidade	208.335
ii. data em que se tornarão exercíveis	A primeira tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2016. A segunda tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2017. A terceira tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2018.
iii. prazo máximo para exercício das opções	10 anos a contar da liberação das

	opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Uma vez que o Diretor exercer as opções que compra de ações, não existe restrição para transferência de ações.
v. preço médio ponderado de exercício	12,00
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	12,35
e. em relação às opções exercíveis:	
i. quantidade	0
ii. prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
iv. preço médio ponderado de exercício	Não aplicável
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social:	Não aplicável

Programa 2014

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4
c. número de membros remunerados	3
d. em relação às opções ainda não exercíveis:	
i. quantidade	167.771
ii. data em que se tornarão exercíveis	A segunda tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2016. A terceira tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2017.
iii. prazo máximo para exercício das opções	10 anos a contar da liberação das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Uma vez que o Diretor exercer as opções de compra de ações, não existe restrição para transferência de ações.
v. preço médio ponderado de exercício	7,55

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	11,20
e. em relação às opções exercíveis:	
i. quantidade	83.885
ii. prazo máximo para exercício das opções	10 anos a contar da liberação das opções
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Uma vez que o Diretor exercer as opções de compra de ações, não existe restrição para transferência de ações.
iv. preço médio ponderado de exercício	7,55
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	11,20

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Programa 2014

a. órgão	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4
c. número de membros remunerados	3
d. em relação às opções ainda não exercíveis:	
i. quantidade	251.656
ii. data em que se tornarão exercíveis	A primeira tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2015. A segunda tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2016. A terceira tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornará exercível a partir de janeiro de 2017.
iii. prazo máximo para exercício das opções	10 anos a contar da liberação das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Uma vez que o Diretor exercer as opções de compra de ações, não existe restrição para transferência de ações.
v. preço médio ponderado de exercício	7,55

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	11,20
e. em relação às opções exercíveis:	
i. quantidade	0
ii. prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
iv. preço médio ponderado de exercício	Não aplicável
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013: Não houve programa de outorga de opções no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Programa 2015

Órgão	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4
Nº de membros remunerados	3
Em relação às Opções Exercidas	
Quantidade	0
Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável
Em relação às ações entregues:	
Quantidade	Não aplicável
Preço médio ponderado de aquisição	

Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não aplicável
---	---------------

Programa 2014

Órgão	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4
Nº de membros remunerados	3
Em relação às Opções Exercidas	
Quantidade	83.885
Preço médio ponderado de exercício	7,55
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	3,65 (resultado da diferença entre 11,20 - 7,55)
Em relação à ações entregues:	
Quantidade	-
Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não aplicável

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Programa 2014

Órgão	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4
Nº de membros remunerados	3
Em relação às Opções Exercidas	
Quantidade	0
Preço médio ponderado de	Não aplicável

exercício	
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável
Em relação às ações entregues:	
Quantidade	Não aplicável
Preço médio ponderado de aquisição	
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não aplicável

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária pois não houve programa de 2013.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; e (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015: Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10, o valor justo das opções foram estimados na data da outorga e será reconhecido como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Os dados e premissas utilizados no modelo de precificação foram: (i) preço médio ponderado das ações: média ponderada da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederam a outorga; (ii) preço de exercício: R\$ 3,00 (três reais) pelo lote global a ser exercido por ano; (iii) volatilidade esperada: volatilidade histórica da cotação das ações da Companhia; e (iv) prazo de vencimento da opção: as opções outorgadas nos termos do

plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014: Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10, o valor justo das opções foram estimados na data da outorga e será reconhecido como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Os dados e premissas utilizados no modelo de precificação foram: (i) preço médio ponderado das ações: média ponderada da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederam a outorga; (ii) preço de exercício: R\$ 3,00 (três reais) pelo lote global a ser exercido por ano; (iii) volatilidade esperada: volatilidade histórica da cotação das ações da Companhia; e (iv) prazo de vencimento da opção: as opções outorgadas nos termos do plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013: Não houve outorga de novas opções no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Participação Direta dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

JBS S.A.		
Órgão	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
Conselho de Administração	6.210	-
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	-	-
Total em 31.12.2015	6.210	-

Participação Indireta dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A Companhia é diretamente controlada pela FB Participações S.A. (“FB”). A FB, por sua vez, é controlada por J&F Investimentos S.A. (“J&F”). A J&F atualmente é

controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações (“ZMF Fundo”). As tabelas abaixo demonstram a quantidade de quotas de emissão de cada uma dessas entidades que são detidas pelos administradores da Companhia:

ZMF PARTICIPAÇÕES LTDA.		
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	655.583.372	100%
Conselho Fiscal	-	0%
Diretoria Estatutária	-	0%
Total	655.583.372	100%

WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.		
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	71.014.589	100%
Conselho Fiscal	-	0%
Diretoria Estatutária	-	0%
Total	71.014.589	100%

JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.		
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	71.014.589	100%
Conselho Fiscal	-	0%
Diretoria Estatutária	-	0%

Total	71.014.589	100%
-------	------------	------

ZMF Fundo de Investimento em Participações		
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	14.643.462	40%
Conselho Fiscal	-	0%
Diretoria Estatutária	-	0%
Total	14.643.462	40%

Pinheiros Fundo		
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	472*	0,026598%
Conselho Fiscal	-	0%
Diretoria Estatutária	-	0%
Total	472*	40%

* A J&F, por sua vez, detém de forma direta o montante de 253.249,93481959 do Pinheiros Fundo, correspondente a 14,25% da participação direta no Pinheiros Fundo.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não há.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2015	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
------	-----------------------------------	-----------------------------	-------------------------

Número de membros	8,25	4	4
Número de membros remunerados	7,25	4	4
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	288.000,00	4.194.499,61	117.119,95
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	288.000,00	1.710.336,52	117.119,95
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	288.000,00	2.998.123,47	117.119,95

2014	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	9	4,0	4,0
Número de membros remunerados	8,25	4	4
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	288.000,00	3.201.806,36	117.119,95
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	288.000,00	1.257.185,72	117.119,95
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	288.000,00	1.971.340,56	117.119,95

2013	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	9,7	4,0	4,3
Número de membros remunerados	9,25	4	4,3
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	288.000,00	2.574.787,87	118.027,87

Valor da menor remuneração individual (em R\$)	288.000,00	1.105.434,29	118.027,87
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	288.000,00	1.873.857,35	118.027,87

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da Remuneração dos Órgãos			
	Conselho de Administração		
	2013	2014	2015
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	720.000,00	720.000,00	720.000,00
Total do Conselho de Administração	2.220.000,00	1.980.000,00	1.740.000,00
Participação de Pessoas Ligadas	32,4%	36,4%	41,38%
	Diretoria		
	2013	2014	2015
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	1.400.000,00	1.400.000,00	2.893.147,32
Total da Diretoria Executiva	6.538.632,60	6.879.876,65	9.492.493,86
Participação de Pessoas Ligadas	21,4%	20,3%	30,4%
	Conselho Fiscal		
	2013	2014	2015
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	0,0	0,0	0,00
Total do Conselho Fiscal	422.933,20	390.399,84	390.399,84

Participação de Pessoas Ligadas	0,0%	0,0%	0,0%
---------------------------------	------	------	------

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os conselheiros Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista são também conselheiros da JBS USA, porém não receberam qualquer remuneração pelo exercício do cargo por parte da JBS USA.

13.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram prestadas nos demais itens do quadro 13.